

FOTOS: FLÁVIO DUTRA/JU



Vulneráveis

Elevação dos rios deixa moradores em risco em cidades do Rio Grande do Sul

Inundações As chuvas que atingiram o estado em julho provocaram inundações e deslizamentos que desabrigaram cerca de 50 mil pessoas em 68 municípios. Os rios Gravataí, Sinos, Jacuí, Caí e Uruguai se elevaram

a níveis acima da média, afetando famílias que vivem às margens dos corpos d'água e junto a encostas de morro. A equipe do JU foi a Sapucaia do Sul, Esteio e Campo Bom, na região metropolitana de Porto Alegre, para

conhecer as realidades enfrentadas e refletir como a Universidade toma parte na prevenção contra desastres e na redução da vulnerabilidade socioambiental. **CadernoJU**

EDUCAÇÃO

Criação de currículo inclusivo é desafio

Para a diretora do setor de Políticas de Educação Especial do Ministério da Educação Martinha Clarete Dutra dos Santos, a inclusão deve ser uma causa comum a toda a sociedade. Questionada sobre as dificuldades de efetivar políticas nessa área, ela diz que o maior problema é mudar a mentalidade segundo a qual as pessoas com deficiência têm de ficar apartadas da sociedade. "Se construí a ideia de que a deficiência é uma doença que precisa ser curada." Martinha argumenta que essa mentalidade segregacionista gerou na sociedade brasileira uma falta de percepção, e acrescenta que é preciso transformar a mentalidade dos governantes, daqueles que estão na gestão das escolas e até das famílias. **P9**

México: desaparecimentos não explicados



O estudante Francisco Navq é um dos sobreviventes do caso Ayotzinapa, que luta para encontrar os colegas sequestrados em setembro de 2014

P10

INTERNET

Projeto de edição de verbetes para a Wikipédia ganha adeptos na Universidade

P7

25 anos do ECA
O compromisso social e político ainda precisa avançar **P4**

Direito digital
Especialistas analisam as violações autorais na internet **P6**

Política
Discussão de gênero nas escolas provoca reação conservadora **P8**



Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
reitor

Vislumbrando o horizonte

Agosto é um mês especial para a Universidade. Com o reinício das atividades letivas, acolhemos os calouros e aqueles que retornam das férias. Desafios, brilho no olhar e a vontade de dar início a uma nova trajetória.

Porém, este agosto é atípico. A crise econômica agravada por um ambiente político instável e pela insatisfação dos brasileiros envolve e desacelera o país. Tal cenário não poupou as Universidades: o ajuste fiscal iniciou pelo contingenciamento de recursos decretado no final de maio. Assim, o orçamento da UFRGS foi limitado a 92,8% do originalmente aprovado para despesas de custeio; o que somado à limitação das despesas de capital significam um corte de 3% do orçamento total, pois as rubricas de pessoal são a maior parcela do orçamento. Irresignados os dirigentes da Andifés, associação dos reitores das universidades federais, manifestaram-se ao

Ministério da Educação, encaminhando documento questionando os cortes nos gastos sociais, especialmente na educação. A UFRGS também se posicionou pela aprovação de moção no Conselho Universitário encaminhada ao MEC. O início do semestre sofreu ainda o efeito das greves de servidores técnico-administrativos e docentes, afetando especialmente alguns cursos.

Mas administrar é lidar com a realidade, e a Administração Central vinha trabalhando desde o início do ano com o cenário de ajuste nas contas. Fez adequações, transferiu as novas obras (despesas de capital) para o orçamento de 2016 e reacomodou as despesas de contratos e de terceirizações. Assim, desde que os repasses financeiros ocorram conforme acenado pelo MEC, honraremos todos os compromissos mantendo a qualidade acadêmica. É preciso recobrar a

confiança. Confiar no Plano Nacional de Educação, que tem metas de expansão da cobertura e de aumento de investimentos em todos os níveis; confiar nos gestores do Ministério, comprometidos com o PNE; confiar na capacidade da Universidade de superar crises, tantas vezes demonstrada.

Conclamo a comunidade universitária a enfrentar o momento com maturidade, refletindo, propondo soluções e defendendo o bem maior que é a educação. A crise passará e a UFRGS deve continuar sua trajetória de qualidade e compromisso social.

Guimarães Rosa escreveu: "O correr da vida embrulha tudo, ... o que ela quer da gente é coragem". Saúdo aos calouros 2015/2 e desejo-lhes coragem de realizar o sonho de estudar na UFRGS. Vale muito a pena, pois a universidade oferece inúmeras oportunidades de formação humana, cidadã e profissional.

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Ricardo Schneiders da Silva

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Ánia Chala, Cassiano Kuchembecker Rosing,
Cida Golin, Luiz Carlos Pinto, Michéle Oberson,
Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno
Fischer, Temístocles Cezar

Editora Ánia Chala
Subeditora Jacira Cabral da Silveira
Repórteres Ánia Chala, Felipe Ewald,
Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e
Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

Diagramação Jessé Ramires Lopes
Fotografia Flávio Dutra (Editor)

Revisão --
Bolsistas (Jornalismo)
Antônio Assis Brasil, Iami Gerbase, Igor Porto,
Jéssica Menzel e João Pedro Teixeira

Circulação Juliana Gonçalves Mota
Fotolitos e impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 8 mil exemplares

ufrgsnoticias



19 a 23 de outubro | Campus do Vale | UFRGS

DESIGN: ROSÂNE VIEIRA / SECOM / UFRGS

Artigo

Bem-vindos à Universidade

Neste segundo semestre, 1.555 novos alunos estarão ingressando na Universidade. Desses, 1.129 são cotistas estudantes de escolas públicas e autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI). Eles passam a integrar o Programa de Ações Afirmativas, iniciativa vigente na UFRGS desde 2008 e que refletiu a efetivação das reivindicações dos movimentos sociais, em especial do movimento negro, para a formulação de políticas compensatórias de ingresso no ensino superior público.

O Programa tem conseguido superar os desafios de uma prática inovadora diante do paradigma das políticas universalistas, impulsionando o desenvolvimento de um ciclo de compromissos com a diversidade social e racial na UFRGS. Além disso, engajou a Universidade no enfrentamento de desigualdades e exclusões ainda persistentes na sociedade.

Na Universidade, a Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas (CAF) é o órgão responsável, junto à Pró-reitoria de Graduação e às Comissões de Graduação dos cursos, por acompanhar e sugerir mecanismos de

aperfeiçoamento deste Programa. Entre suas atribuições está a organização das *Calouradas Afirmativas*, evento em que os cotistas são recepcionados na instituição, a participação no projeto *UFRGS Portas Abertas* e no *Salão UFRGS*, atividades que promovem a discussão acerca dos temas de ações afirmativas e de diversidade étnico-racial e o atendimento estudantil em assuntos relacionados ao Programa.

Graças à reserva de vagas para alunos de escolas públicas e autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), garantida pela implantação da Lei Federal n.º 12.711 (Lei de Cotas), verificou-se o aumento significativo do número de egressos de escola pública entre os classificados em todas as graduações da UFRGS, assim como uma grande elevação dos cursos que tiveram a ocupação total das vagas reservadas aos autodeclarados PPI.

Contudo, mesmo dentro dessa conjuntura institucional de relativa estabilidade do Programa de Ação Afirmativa vigente nas universidades federais, são muitos os desafios a serem superados.

A expansão do percentual de vagas

reservadas para 50%, em 2016, exigirá das universidades, bem como do governo, a consolidação dos mecanismos de garantia da permanência dos ingressantes e que levem à sua diplomação.

Os resultados alcançados até agora, principalmente os relacionados à inclusão de estudantes autodeclarados negros de escola pública, devem ser celebrados, como consequência da necessidade de políticas públicas de promoção da igualdade racial no campo da educação superior.

Mesmo sendo uma política de inclusão recente, 1.231 cotistas de escola pública já se diplomaram em diversos cursos de nossa instituição, dentre esses 168 autodeclarados negros. Destaca-se ainda a diplomação de quatro estudantes indígenas. Esse número tende a aumentar significativamente nos próximos semestres, expressando um novo perfil da comunidade estudantil, no qual mais de 50% dos ingressantes serão oriundos de escolas públicas. Nesse sentido, por meio da inclusão escolar, a Universidade cumpre o seu papel de proporcionar oportunidades mais efetivas para que os jovens de origem popular possam ter êxito em suas trajetórias profissionais.

Torna-se importante registrar que, contrariando alguns prognósticos, o elevado ingresso de alunos de escola pública não afetou a qualidade do ensino e dos estudantes na Universidade: a UFRGS vem-se mantendo há vários anos entre as melhores Instituições de ensino superior da América do Sul.

Pelo segundo ano consecutivo, a CAF está organizando o *II Salão de Ações Afirmativas*, momento em que são divulgados projetos que promovam a educação para as relações étnico-raciais em espaços formais, não formais e informais em contextos diversos tais como: escolas, associações, organizações governamentais e não governamentais, clubes e empresas. O evento, realizado anualmente no mês de outubro, em 2015 outorgará o Prêmio Oliveira Silveira aos melhores trabalhos apresentados.

Desejamos a todos que aproveitem ao máximo todas as oportunidades que a UFRGS proporciona para a sua formação pessoal e profissional.

Equipe técnica
Coordenadoria de Ações Afirmativas - UFRGS

Sociologia

Por uma nova solidariedade

FOTO FLÁVIO DUTRA/JU



Encontro buscou
contrapor-se à
sociedade da
exclusão

Entre os dias 20 e 23 de julho, circularam pelo Câmpus Centro cerca de 1.500 professores e pesquisadores que participaram do 17º Congresso Brasileiro de Sociologia. Com o tema central *Sociologia em Diálogos Transnacionais* o evento atraiu profissionais latino-americanos, africanos, europeus e asiáticos, reunindo estudiosos de quatro gerações, conforme salientou o presidente do encontro José Vicente Tavares dos Santos, diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade (IFCH).

“Esse encontro representa um ato de resistência a uma hegemonia do neoliberalismo no mundo. Um internacionalismo que procura perceber iniciativas de solidariedade, em meio a essa sociedade da exclusão, fragmentada e violenta. Nesse sentido, a ideia do congresso de ideias transnacionais aponta para novas utopias que possamos tecer desde o sul do planeta,” resume José Vicente.

Durante o encontro, foram abordados temas como a maioridade penal e a violência, especialmente contra os jovens, a indústria do narcotráfico e a liberalização da maconha.

Muitas dessas questões foram analisadas na mesa-redonda *Estado, Sociedade e Violência na América Latina*, da qual participaram Luciano Concheiro, membro do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO); Lucio Olivier, da Universidade Nacional do México (UNAM); e Níliá Viscardi, da Universidade de La República do Uruguai (Udelar).

Juventude ameaçada – Com relação à polémica sobre a redução da maioridade penal, José Vicente argumenta que diferentes estudos

demonstram que medidas como essa são alternativas conservadoras e punitivas defendidas por setores da sociedade que não enxergam as verdadeiras causas da violência: a desigualdade, a exclusão escolar, a dificuldade de os jovens se inserirem no mercado de trabalho e o não reconhecimento dos direitos coletivos e culturais desses indivíduos. “A psicanálise nos ensina que as drogas são um substitutivo de laços sociais. Então, precisamos refazer esses laços com os jovens, senão continuaremos a ser o chamado *País do Futuro*, mas que na verdade está fazendo um extermínio dos seus jovens”, adverte.

Vítimas da violência – Níliá, que se doutorou pela UFRGS com o tema *Violência, juventude e controle social: efeitos da violência na construção de trajetórias e identidades*, concorda com a análise do diretor do IFCH. Para a pesquisadora, os jovens são os grandes ofensores e as grandes vítimas da violência, por isso temas que envolvem direitos humanos não devem ser discutidos em plebiscitos como o que ocorreu no Uruguai, em 2014, embora tenha vencido o ‘não à redução’, com 53% dos votos: “[Direitos humanos] é uma filosofia de Estado que, muitas vezes, só o Estado pode compreender. Com o plebiscito você faz entrar em jogo todo um discurso conservador”, observa. “Você reduz o delito do jovem, acabando com o tráfico de drogas. Não tem como separar as dinâmicas de inclusão dos jovens dentro do tráfico de drogas com uma lei que diz que eles vão ter responsabilidade penal mais cedo. O problema não é o indivíduo que comete o delito, mas o tráfico de drogas”, enfatiza.

Teoria do medo – Embora o Uruguai não viva situações como as enfrentadas no México, Níliá afirma que “o grande problema da violência em meu país é a teoria do medo”.

Na explicação da palestrante, tal teoria tem a ver com o que ela chama de ‘crônica vermelha’, que são as coberturas policiais apresentadas nos meios de comunicação e que passam a integrar o imaginário social de forma concorrente às imagens cinematográficas. “Se naturalizou a ideia de que existe perigo o tempo inteiro lá na rua, e que os jovens são perigosos. Mas você não visualiza a causa desse perigo”, denuncia.

De acordo com Níliá, há 20 anos havia uma sensibilidade social diferente, segundo a qual quem roubava o fazia por necessidade. “Hoje a gente acha que quem rouba o faz porque é mau.”

Luciano Concheiro também analisa a responsabilidade dos meios de comunicação no aumento da violência simbólica. Entretanto, para ele, tal fato encobre outro ainda mais grave: a violência estrutural. Para ilustrar, cita como exemplo a morte do índio Galdino, em 1997, queimado enquanto dormia em uma parada de ônibus em Brasília. Questionados pela polícia, os jovens de classe média autores da ação criminosa alegaram não saber que se tratava de um indígena: “Por quê? Se é um morador de rua não é um ser humano, não é crime?”, espanta-se o membro do CLACSO.

“Já não é importante a morte por ela mesma, senão a veiculação permanente das características da violência em seus detalhes. Esses relatos midiáticos desconsideram que se está falando de seres humanos, ou seja, a condição de

humanidade é deixada de lado”, reflete Luciano. Para contrapor, entretanto, menciona a reação popular dos mexicanos, indignados com o desaparecimento dos 43 estudantes, em setembro de 2014, e que até hoje não teve qualquer ação mais efetiva do governo. *Nenhum mais*, é o slogan das manifestações populares que denotam, na avaliação do pesquisador, que o povo está farto da violência: “Isso significa uma ruptura”, prenuncia.

Entre os encaminhamentos conclusivos do Congresso estão a edição do livro *Diálogos transnacionais*, organizado pela professora Soraya M. Vargas Cortes, presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia, e pelo professor José Vicente. Outra obra prevista é uma publicação do Instituto Latino-americano de Estudos Avançados da UFRGS, abordando o tema juventude, mundialização e violência. Ambos os lançamentos deverão ocorrer no segundo semestre deste ano.

Lançamento Catálogo de obras

A Superintendência de Infraestrutura (Suinfra) está disponibilizando para a comunidade universitária o *Catálogo de Obras 2008-2012*, produzido em parceria com a Editora e a Gráfica da UFRGS. Amplamente ilustrado com fotos realizadas especialmente para a publicação, o lançamento dá visibilidade as 151 obras concluídas nesse período, o que totaliza mais de 150 mil metros quadrados de área construída. A publicação também possui uma versão online e pode ser conferida na página www.ufrgs.br/suinfra/.



UFRGS TV

Conhecendo a UFRGS

Laboratório de Herpetologia

O Brasil tem a maior biodiversidade de anfíbios do mundo, registrando a maior ocorrência de répteis endêmicos, o que significa que eles existem apenas em uma região.

Na Universidade, há um setor que desenvolve pesquisas com o objetivo de conhecer e preservar a biodiversidade desses vertebrados do Rio Grande do Sul e pretende informar atualizações sobre sistemática, distribuição e história natural desses animais. O órgão trabalha com um ramo da zoologia que se dedica a estudar especificamente répteis e anfíbios: a herpetologia.

O Laboratório de Herpetologia da UFRGS, coordenado pelos professores Márcio Borges Martins e Laura Verrastro, tem cerca de 30 estudantes em diferentes níveis de pesquisa – iniciação científica, mestrado e doutorado. Para Mariano Lima, aluno de iniciação científica, “é um lugar de trocas. E a gente tem um crescimento bem maior quando dispõe de um espaço físico para fazer essa troca”.

Os membros do Laboratório geram conhecimentos que chegam à comunidade externa por meio de ações de extensão. O professor Márcio comenta que são elaborados projetos para identificar as espécies ameaçadas e realizadas assessorias para órgãos de licenciamento ambiental. “Nosso grupo de alunos tem contribuído para mitigar os efeitos de impactos e, principalmente, para identificar ameaças”, relata.

Neste ano, uma pesquisa dos estudantes sobre o Sapião de Barriga Vermelha impediu provisoriamente a instalação de uma central hidrelétrica no município gaúcho de Arvorezinha – único local de ocorrência desta espécie – e rendeu ao Laboratório a indicação a finalista do Prêmio Nacional da Biodiversidade na categoria Academia.

Lysiane Munhoz e Victória Netto, *alunas de Jornalismo da Fabico*

Assista ao programa

O programa **Conhecendo a UFRGS sobre o Laboratório de Herpetologia** vai ao ar no dia 4 de agosto, às 20h, com reprise às 23h, na UNITV, canal 15 da NET POA



ECA: 25 anos de avanços e retrocessos

Ana Paula Motta Costa*

A Lei Federal n.º 8.069/90, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), completou 25 anos em julho. A data remete-nos ao final da década de 80, do século XX, quando, por unanimidade, o Congresso Nacional incluiu os artigos 227 e 228 na Constituição Federal brasileira, os quais consolidaram em âmbito interno o fundamento doutrinário previsto na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, da qual o Brasil é signatário desde 1989. Na sequência, foi promulgado o ECA, aprovado também por unanimidade. Trata-se de uma Lei de conquistas, especialmente pelo reconhecimento normativo de crianças e de adolescentes como sujeitos de direitos e pela concepção de igualdade social que enseja, pois remete aos adultos – sociedade, Estado e família – a responsabilidade por garantir a todos esses sujeitos condições de dignidade e de construção de projetos de vida.

Para abordar a temática é preciso enfatizar não apenas a realidade jurídica que o tema envolve, mas as circunstâncias sociais e políticas em que está inserida. Nesses 25 anos, vivemos um processo lento de abertura política e de implantação gradual de um modelo de Estado social de direito. Ao mesmo tempo, o início do século XXI tem-se caracterizado por renovar os modos de distribuição desigual de bens econômicos, sociais e culturais, bem como pela presença de discriminações, desrespeito às diferenças, incerteza e violação de direitos. Essas manifestações não são anomalias; integram o processo em curso do modelo econômico regulado pelo mercado e pelo consumo.

A sociedade brasileira, com suas características próprias, está integrada à tendência de fragmentação mundial e vem produzindo seres humanos avassalados pessoal e socialmente, com difícil perspectiva de transposição social. Assim, a vulnerabilidade contemporânea tem origens econômicas, mas se caracteriza por falta

de pertencimento social e de perspectivas, dificuldade de acesso à informação e perda de autoestima. Essa situação de fragilidade repercute na saúde das pessoas, em especial na saúde mental, relaciona-se com o mundo do tráfico e o uso abusivo de drogas e estabelece padrões e perspectivas de emancipação social restritos.

Nesse contexto, a igualdade de oportunidades prevista no ECA é uma meta difícil de ser atingida, porque o sistema é desigual no quesito das condições materiais de acesso a bens e no que diz respeito ao pertencimento social. Por outro lado, é difícil “ser diferente”, do ponto de vista da subjetividade de cada um. A afirmação das especificidades individuais é um desafio cotidiano a ser vencido frente aos preconceitos existentes.

Desse modo, o ideal civilizatório é incompatível com as condições concretas de convivência social. A igualdade prevista tem-se mostrado formal, pois sua materialidade segue inexistente, enquanto o conceito de igualdade remete à busca de direitos em conflito com o sistema de valores predominante.

Em meio a tais contradições, os dados oficiais quanto aos direitos de crianças e adolescentes revelam avanços e retrocessos. Alguns números refletem as grandes conquistas produzidas no período, como a redução dos índices de mortalidade infantil: em 1990, morriam no Brasil 51,6 a cada 1.000 nascidos vivos com até um ano de idade. Em 2013, essa cifra caiu para 12,9 a cada mil nascimentos, segundo relatório conjunto da Unicef, OMS, Banco Mundial e ONU. Tal diminuição representou uma melhora nas condições de saúde e de saneamento da população mais pobre.

Quanto ao trabalho infantil também é possível destacar avanços: em 1992, computavam-se 8,4 milhões de crianças e adolescentes exercendo atividades laborais; em 2013, o IBGE registrou um decréscimo de 56%, com um total de 3,6 milhões nessa situação, sendo que se observa uma redução importante quanto às crianças e

uma concentração maior de adolescentes, em especial no meio rural. Trabalho infantil é uma temática que expressa o grau de desigualdade material das sociedades. Conforme dados deste ano do Informe da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no mundo existem 168 milhões de crianças e adolescentes trabalhando, e 70 milhões de jovens em condições insalubres de trabalho. Essa falta de condições decentes é reflexo da baixa escolaridade, ou seja, está diretamente relacionada ao tempo de estudo da população infanto-juvenil.

Nesse particular, cabe registrar os avanços quanto à oferta de vagas no ensino fundamental, as quais beiram a universalidade. Não se pode comemorar o mesmo sucesso educacional quanto à permanência na escola e no acesso ao ensino médio, fatores que expressam a pirâmide de desigualdades econômicas.

No que tange ao envolvimento de jovens com a violência não há avanços. A intervenção do Estado ao aplicar medidas socioeducativas segue uma tendência nacional de crescimento. De acordo com o levantamento da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, o aumento de adolescentes em internação é de cerca de 1.000 por ano, computando em 2012 o montante de 20.532 adolescentes em medidas de internação ou semiliberdade. Isso não é um indicador direto da ampliação da violência de que os jovens são autores, mas confirma a tendência à institucionalização presente nas políticas públicas voltadas a essa parcela da população desde o início do século XX.

Dentre os adolescentes em medida socioeducativa, 38,7% estão envolvidos com roubo e outros 27,5% com o tráfico de drogas, sendo os demais atos infracionais inexpressivos (SDH, 2012). Trata-se, portanto, de atos infracionais contra o patrimônio ou vinculados ao consumo imediato. A relação dos adolescentes com tais práticas tem a ver com a necessidade de reconhecimento e visibilidade sociais. Paralelamente, o tráfico de

o roubo, especialmente com acesso a armas, estão diretamente ligados à mortalidade dos jovens, sendo autores e vítimas nos contextos de violência em que vivem.

Nesse ponto, verifica-se um grave problema: os índices de mortalidade entre os adolescentes. O Mapa da Violência 2014 aponta que 70 de cada 100 mil pessoas morrem por violência na faixa etária dos 15 aos 20 anos. Esses são mais vulneráveis à mortalidade por homicídios, comparados a outras faixas etárias, pois após os 20 anos os óbitos decrescem, estabilizando-se em torno de 20 por 100 mil habitantes. Portanto, entre os 15 e 20 anos os jovens têm, no mínimo, três vezes mais possibilidade de morte por homicídio. Essa proporção de risco é maior para jovens do gênero masculino, negros ou pardos.

Os dados estatísticos não explicam por si só o contexto, pois são fotografias estáticas do momento. Assim, é necessário refletir sobre o comportamento das instituições sociais frente a tais realidades. Nas pesquisas que desenvolvemos na UFRGS, constata-se que persiste na sociedade e nas

Os jovens têm três vezes mais possibilidade de morte por homicídio

instituições uma mentalidade punitivista, distante da realidade dos adolescentes, especialmente no que diz respeito aos parâmetros de legitimidade. Nas decisões judiciais identificam-se discursos interpretativos fundados na situação irregular, na culpabilização das famílias, na subjetividade da execução das medidas socioeducativas, além da constatação de práticas truculentas nas abordagens institucionais e policiais.

Para combater o envolvimento com a criminalidade e a decorrente mortalidade de jovens é necessário efetivar políticas públicas que fortaleçam projetos de vida de adolescentes em situação de vulnerabilidade, os quais permitam destacar as potencialidades de cada sujeito.

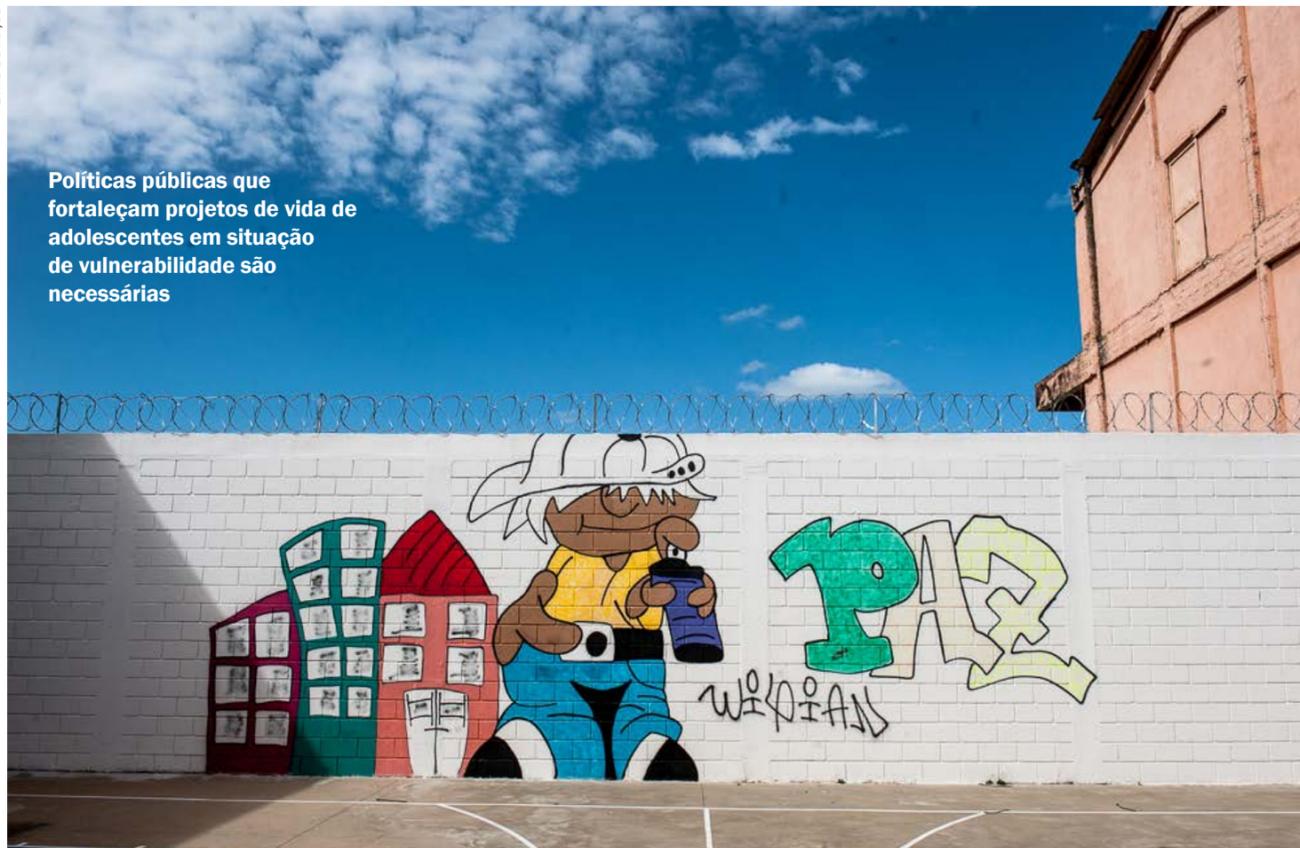
Por fim, cabe afirmar que a proposta política e social protagonizada no ECA está em disputa na sociedade brasileira, desde 1990 até os dias de hoje. A unanimidade de sua aprovação, por circunstâncias políticas específicas, não se verificou nestes 25 anos por meio das atitudes políticas e institucionais. Tal contradição evidencia-se na conjuntura atual, em que tramitam no Congresso Nacional propostas de emendas à Constituição que pretendem reduzir a idade de responsabilidade penal.

Assim, cabe um alerta da comunidade acadêmica à sociedade: é necessário efetivar o Estatuto em sua plenitude! O compromisso social, ético e político precisa ser de projetos de vida e não de morte.

*Advogada, socióloga, mestre em Ciências Criminais, doutora em Direito e professora da Faculdade de Direito da UFRGS

FLÁVIO DUTRA/JU

Políticas públicas que fortaleçam projetos de vida de adolescentes em situação de vulnerabilidade são necessárias





Conquistando territórios

Igualdade

Mulheres buscam ampliar presença em áreas historicamente masculinas

Em 1945, o pesquisador alemão Otto Hahn recebeu o Nobel de Química pela descoberta da Fissão Nuclear. Lise Meitner, física austríaca e colaboradora de Hahn por mais de 30 anos, desempenhou papel essencial no processo de investigação e não foi sequer citada no discurso de agradecimento. Meitner, em cartas para amigos, mostrou-se desanimada, chegando a escrever: “Julguei um pouco injusto ter sido chamada nos jornais de assistente de Hahn”. Até hoje, essa omissão é considerada um dos maiores equívocos do prêmio.

Décadas passaram até outro incidente, ocorrido este ano em Seul, durante a Conferência para Jornalistas Científicos. O bioquímico Tim Hunt, vencedor do Nobel em 2001, disse ter problemas com colegas mulheres: “Três coisas acontecem quando elas estão no laboratório. Você se apaixona por elas, elas se apaixonam por você e, quando você as critica, elas choram”. O pesquisador ainda manifestou apoio a laboratórios segregados. Dias após a repercussão negativa de suas declarações, ele renunciou ao cargo de professor honorário na University College London.

Determinação – Taisy Weber graduou-se pela UFRGS em Engenharia Elétrica em 1976. Recém-formada, buscou vagas no mercado de trabalho, sem sucesso. Estranhando as recusas – durante a graduação sempre tivera facilidade em conseguir estágios e, para a época, possuía um conhecimento excepcional de computação –, perguntou o motivo. Em vários lugares, a resposta foi a mesma: “Tu não vais ser a primeira mulher engenheira que vamos contratar”. Taisy lembra a dor que sentiu: “Foi uma enorme decepção. Eu achava que em pessoas competentes não se olhava outras características”. Entrou no mestrado e seguiu na academia, onde diz nunca ter sofrido qualquer tipo de discriminação. Hoje, é professora do Instituto de Informática da UFRGS, no qual ajudou a criar o curso de Ciências da Computação, em 1983. Pelo menos em sua área, ela diz perceber hoje um cenário diferente: “Tu não sabes com quem estás falando, jogando ou interagindo do outro lado do computador”.

Marcia Barbosa, diretora e docente do Instituto de Física da Universidade, diz que, até entrar no curso de Física, em 1978, nunca havia percebido o quão masculina era a ciência. Sua turma tinha 80 pessoas, apenas seis eram mulheres. “Aos poucos, percebi que teria



FLAVIO DUTRA/JU

Formada em Engenharia Elétrica nos anos 1970, Taisy Weber não conseguiu emprego em várias empresas unicamente por ser mulher

de demonstrar uma grande competência porque tinha uma diferença que sempre seria relevante”, lembra. Marcia trilhou uma reconhecida carreira, chegando a vencer o Prêmio L’Oréal-Unesco para Mulheres na Ciência em 2013.

Thamy Hayashi narra ter vivido uma experiência parecida ao entrar no curso de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1984: “Eu pensava: ‘Ninguém vai dizer que eu não posso fazer engenharia’”. Obtinha sempre notas altas, porém, nunca precisava conferi-las já que seus colegas faziam questão de divulgá-las. Hoje, é professora na Escola de Engenharia da UFRGS.

Destaque – Marcia comenta ter sentido discriminação durante seu pós-doutorado nos EUA: “Até na imigração era olhada como aquela latina que veio lavar casas”. Taisy viveu experiência semelhante na Alemanha. Em 1986, na faculdade que frequentava, apenas uma mulher havia feito doutorado em Computação. “Foi um choque cultural enorme; achava que num país mais desenvolvido a igualdade seria maior”. As secretárias do local, suas amigas, pediram um favor: que não defendesse a tese usando um terno preto como a doutoranda anterior havia feito. “Toda a banca era formada por homens de terno preto e eu estava de vestido verde claro florido, um paletó também verde por cima e salto alto”, relembra. Segundo a professora, as secretárias aprovaram o resultado: “Afinal, o ambiente precisa aceitar que as mulheres, se quiserem, podem ser femininas”.

Thamy, por sua vez, destaca a diferença de tratamento que percebe nos estudantes com relação aos professores homens e às

professoras mulheres: “Um aluno interrompeu minha aula pra dizer que eu precisava resolver um problema burocrático para ele. Tive de dizer que não ia resolver nada e exigir que ele saísse. Também já me pararam no corredor segurando meu braço para pedir favores”, conta. Segundo ela, por ser mulher, esperam que você faça as coisas de determinada maneira. Como exemplo, nota que os alunos “ouvem horrores dos professores e não dizem um ‘ah’, mas uma professora levantar a voz e falar uma coisa mais dura...”. Carolina Brito, docente do Instituto de Física, aprofunda: “Esse preconceito às vezes é sutil, e as pessoas encaram como piada, uma brincadeira, mas realmente acaba influenciando”.

Os embates na academia também refletem as diferentes maneiras com que homens e mulheres são educados. Marcia relata que: “Na Física os debates são feitos de forma muito vigorosa, se usa voz alta, se interrompe... Como as mulheres não são preparadas para agir assim, acabam vistas como fracas”. Comenta também que, após ultrapassar preconceitos em eventos em universidades, como ser confundida com a secretária de algum cientista, precisou lutar contra estereótipos do tipo: “Ela é uma histérica; é uma mal-amada”. Para Marcia, o sistema é competitivo e considera o diferente como uma coisa negativa. Hoje, a pesquisadora integra o conselho da Sociedade Brasileira de Física e da American Physical Society, onde se esforça para que os eventos tenham maior diversidade. “Quando vamos escolher os palestrantes, deixo os homens pensando um tempo e, então, pergunto: não existem mulheres competentes nessa área? Imediatamente surgem os nomes.”

Explica que isso ocorre porque as pessoas tendem a imaginar sujeitos parecidos consigo. Carolina resume: “Como pensar um sistema igualitário se ele é composto majoritariamente por homens?”.

Maternidade – Na época em que procurava trabalho, Taisy ouviu de um empregador que a empresa se prejudicava quando as mulheres ficavam grávidas. Então, ela questionou: “Toda segunda-feira aparece um colega de perna quebrada porque jogou futebol no final de semana e fica uma, duas semanas afastado. Isso não é problema?”. Ele respondeu que não, dizendo que “isso faz parte do modo masculino de ser”. Anos depois, Taisy teve uma filha e afirma que, infelizmente, com a atual estrutura social, engravidar realmente afeta a carreira. Defende, porém, que a maternidade não deve ser encarada como um transtorno: “As coisas vão se acomodando, não é algo prejudicial a longo prazo”.

A cientista considera que, mundialmente, é preciso construir um sistema que, além de não complicar a carreira das mulheres, faça com que elas se sintam acolhidas durante a gravidez. Taisy lembra: “Nunca vi ninguém fazendo pressão pra homem machucado dar aula ou escrever artigo, mesmo que a lesão tenha ocorrido numa partida de futebol”.

Marcia ressalta, ainda, uma característica que foi citada por todas as entrevistadas: “A família no Brasil é uma questão privada, tu não tens uma infraestrutura que permita igualar as condições entre homens e mulheres”. Considera que a licença maternidade (120 dias previstos por lei) é curta e a existência de creches nos locais de trabalho irrisória.

Interesse – As mulheres são maioria no ensino médio no país e constituem 60% dos formandos de graduação. Porém, isso ainda não se reflete em todas as áreas do conhecimento. Em escala global, quanto mais próximo do topo da carreira, menor a presença feminina. No último nível do CNPq, por exemplo, apenas 23% são mulheres. Tentando contribuir para mudar esse quadro, Carolina coordena o projeto *Meninas na Ciência* que visa motivar estudantes a optar pelas ciências exatas, engenharias e computação. “Apesar de gostarem de ciência, as meninas não se veem nessas áreas como profissionais”. Ela explica que isso ocorre porque as referências são sempre do sexo masculino, e as meninas desde pequenas, ensinadas a se interessar por outras disciplinas. Thamy reflete: “Não há nada que impeça uma mulher de estudar em qualquer área, caso ela tenha oportunidade”.

Taisy e Marcia contam que existem estudos comprovando que grupos de trabalho heterogêneos, tanto em sexo, quanto em idade ou em área de conhecimento, têm sua produtividade altamente expandida. “Grandes empresas vêm aqui e dizem: ‘Nós queremos as meninas de vocês’ e eu falo: ‘entrem na fila’”, afirma a cientista da computação. Taisy também acredita que a geração atual, que cresceu cercada por computadores, aumentará a presença feminina na área da informática. Para tanto, é preciso terminar com o mito de que computação é trabalhar com máquinas: “Computação não é nada mais que a interação entre pessoas e como tornar essa interação mais fácil”.

Iami Gerbase, estudante do 6º semestre de Jornalismo da Fabico



Barreiras ao acesso

Legislação Inovações tecnológicas provocam debate sobre os direitos autorais

As constantes inovações nas ferramentas tecnológicas impactam diretamente as formas como consumimos a cultura e o conhecimento. Embora o acesso a obras e conteúdos tenha se tornado mais democrático, a rapidez do fluxo das informações e a fácil reprodutibilidade dos produtos criaram um cenário de incerteza nas mídias digitais, em que as pessoas não sabem o que podem ou não fazer.

Tal confusão pode ser creditada às deficiências da legislação que regula os direitos autorais, que protegem o autor do uso de sua

criação por parte de outras pessoas sem a devida autorização. Redigida em 1973, em plena ditadura civil-militar, a lei nacional do direito autoral recebeu uma revisão em 1998, ganhando características que a tornaram ainda mais inflexível.

Lei falha – Segundo Eduardo Lycurgo Leite, advogado especialista na área, a atualização da norma já era defasada quando foi aprovada, pois estava desde 1988 em debate, época em que não se imaginava o impacto das mídias digitais. Eduardo esteve na Universidade em junho, participando de evento organizado pela Secretaria de Educação a Distância da UFRGS. “Na década de 1980, a internet não era uma realidade no país. Por conta disso, a lei traz tópicos que hoje nos parecem ridículos como a pirataria de fitas-cassete, por exemplo.” Em estudo dirigido no início de 2012 pela organização não governamental *Consumers In-*

ternational, o Brasil aparece na quinta pior posição entre as 30 nações analisadas em relação ao respeito aos direitos de autoria e o acesso ao conhecimento. Uma movimentação para a atualização do documento se iniciou em 2007, com uma série de debates e seminários, promovidos pelo Ministério da Cultura, que resultaram em uma proposta apresentada dois anos depois.

Contudo, a revisão permanece sem andamento no Congresso. “A discussão está muito lenta, e agora virou uma questão política e não técnica”, diz o jurista. “A atualização traz alguns elementos que deixariam a lei novamente mais aberta. Mas com a lentidão para a aprovação – e considerando a velocidade em que as mudanças tecnológicas têm ocorrido – é grande a probabilidade de a lei já nascer defasada, novamente”. Para Eduardo, a nova legislação deveria ter um caráter mais principiológico, de forma a ser capaz de se adequar

às constantes inovações nas mídias digitais. Formatada de maneira mais aberta, a regra poderia incluir especificidades apenas quando se tem o diagnóstico dessas terem uma linguagem com tendência a ser mais duradoura. “As inovações das ferramentas tecnológicas são tão constantes que, quando está se pensando em como solucionar um problema relacionado, ele já desaparece e dá lugar a uma nova questão. Todo ano ocorre alguma mudança relevante nas mídias digitais e é inviável se propor a repensar a lei ano após ano”, alerta.

Origens – De acordo com o jurista, o direito autoral surge inicialmente como forma de censura e teria como primeiro marco a invenção da imprensa, por Gutenberg no século XV. “A partir dali, qualquer um seria capaz de publicar mil panfletos afirmando que o ‘rei está nú’ e espalhar por toda a cidade”, observa Eduardo. Pela primeira vez, existe a necessidade e a possibilidade de se controlar o que era dito, já que agora estava publicado. A legislação moderna pioneira no campo dos direitos autorais foi editada na Inglaterra, com o Estatuto da Rainha Ana, em 1710, e defendia a propriedade intelectual ao retirar os direitos das obras das mãos dos livreiros e entregar aos autores.

Conforme Eduardo, o controle em relação ao que é criado deixa a característica de censura para se tornar um mecanismo de proteção ao autor ou editor no momento em que há a perda da inocência por parte do criador, que passa a buscar reconhecimento. “Não acredito que alguém comece a construir sua obra já pensando em ter algum tipo de sucesso pessoal ou intelectual. Porém, em um determinado instante surge o desejo de reconhecimento e a necessidade de legitimação como criador, trazendo a questão dos direitos autorais com maior força.” Com a internet e as novas mídias digitais, nas quais há uma massiva exposição da vida pessoal de cada um, os limites entre o público e o privado tornaram-se mais tênues, causando um retorno a essa inocência. “Nada é mais puro e ingênuo do que utilizar as redes sociais para compartilhar suas fotos, detalhando ao mundo os acontecimentos de sua vida”, reflete o advogado, para quem essa pureza é transgredida apenas na hora em que alguém copia essas imagens pessoais, as deturpa e espalha pela internet.

Acesso democrático – Até recentemente, uma das características da distribuição do conhecimento era o papel central das editoras, responsáveis por mediar o trajeto da obra entre autor e leitor. Com o avanço das tecnologias de informação e da internet, esta se tornou uma alternativa mais democrática para difundir a produção científica. Assim, as universidades desenvolveram os repositórios institucionais: sistemas para armazenamento, organização e disponibilização livre e online dos trabalhos científicos produzidos

internamente. Contudo, os repositórios esbarram na centralidade que as grandes editoras ainda exercem no meio acadêmico, como relata Caterina Pavão, bibliotecária do Centro de Processamento de Dados (CPD) da UFRGS, responsável pelo Lume, repositório institucional da Universidade: “Os direitos autorais representam o maior desafio para os repositórios, pois dificultam muito o povoamento do sistema. Ocorre que a avaliação institucional estimula os autores a publicarem seus textos em revistas científicas de renome, e assim eles acabam cedendo o direito à sua obra para as editoras responsáveis por esses periódicos”.

Para a bibliotecária, é preciso elaborar novos mecanismos de avaliação da produção acadêmica que considerem a livre distribuição, a fim de diminuir o poder das editoras comerciais, que criam embargos na distribuição desses documentos. Entre trabalhos de conclusão de curso, teses, dissertações e todo tipo de literatura científica, o Lume conta com um acervo que já soma 51 milhões de downloads, desde 2008, e foi eleito o melhor repositório da América Latina em ranking elaborado pelo *Cybermetrics Lab*, grupo de pesquisa do *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (CSIC), vinculado ao Ministério de Educação da Espanha.

Apropriação indevida – O plágio é a mais comum das violações autorais e, mesmo com a visibilidade que o Lume pode dar a suas publicações, muitos autores resistem em colocar seus trabalhos no repositório pelo medo de terem sua produção copiada. “Esse não é um argumento muito sólido, já que o plágio pode acontecer de diversas maneiras”, aponta Caterina. “A pessoa pode estar na biblioteca e fotografando com o celular o conteúdo do trabalho que pretende copiar, por exemplo.”

De acordo com a bibliotecária, a inclusão da obra no repositório serve, inclusive, como proteção ao direito do autor, já que fica registrado oficialmente como trabalho deste, com a data da publicação e o selo da Universidade. Na opinião de Eduardo, o plágio é uma questão decorrente dos problemas estruturais do sistema educacional do país. “Claro que não existe plágio inocente. Mas isso é algo que vem desde o ensino básico, em que o aluno não é estimulado a ler, pesquisar e escrever”, diagnostica o advogado. “Existe essa imposição social e familiar de o indivíduo ter um diploma e para isso é preciso elaborar um trabalho técnico, para o qual ele nunca foi educado sobre como fazer. Às vezes, o aluno até tem o que dizer sobre determinado assunto, porém não sabe como. Esse é um ambiente muito propício ao plágio e, de certa forma, as novas tecnologias facilitam esse tipo de violação” conclui o especialista.

João Pedro Teixeira, aluno do 7º semestre de Jornalismo da Fabico

FLÁVIO DUTRA/JU



Para o advogado Eduardo Lycurgo Leite, questões como o plágio decorrem dos problemas estruturais do sistema educacional brasileiro

Conhecimento aberto



O estudante do curso de Engenharia Física da Universidade, Jan Luc Tavares, vem produzindo e editando verbetes para a enciclopédia digital quase todos os meses

Wikipédia Projeto aproxima a academia de ferramentas para distribuição de conteúdo livre

Imagine um mundo em que todas as pessoas têm acesso a todo o conhecimento da humanidade. É isso o que pretende Jimmy Wales, fundador da Wikipédia e da Wikimedia, entidade mantenedora da enciclopédia e de outros sites de desenvolvimento e distribuição de conteúdo livre. Com esse objetivo, mantém um projeto para aproximar a academia da enciclopédia mais lida do mundo, o Wikipédia na Universidade, que propõe que alunos utilizem a enciclopédia livre não como referência para seus trabalhos, mas que os conhecimentos adquiridos nas disciplinas sirvam para acrescentar conteúdo e melhorar os verbetes da Wikipédia.

Segundo o próprio Wales, em resposta a uma pergunta no site Quora, a enciclopédia livre não serve para referência de trabalhos acadêmicos, assim como qualquer obra do gênero. Ainda assim, ele afirma que universitários devem utilizá-la para se orientar e buscar fontes primárias. Em palestra durante o Fórum Internacional Software Livre (FISL) sobre o Wikipédia na Universidade, realizado na capital em julho deste ano, Fábio Azevedo defendeu que a enciclopédia digital motiva o usuário a ir além da própria Wikipédia, por meio das referências

citadas nos verbetes. Mais do que isso, na opinião de Rafael Pezzi, o exercício de desconfiar da enciclopédia digital como referência é essencial. Para ele, “a criticidade que tu tens de ter, que fica evidente na Wikipédia por esta fragilidade de ser editada por qualquer um, vale para qualquer texto”.

Fábio e Rafael são docentes dos institutos de Matemática e de Física da UFRGS, respectivamente. Em comum, têm o desejo de universalizar o conhecimento produzido na academia e colocam isso em prática em algumas disciplinas com o projeto Wikipédia na Universidade, no qual atuam como embaixadores de câmpus, na UFRGS. Conforme Fábio, o objetivo é que “a Wikipédia esteja bem no centro de onde se produz conhecimento”.

Trabalho voluntário – No FISL, o professor de matemática afirmou que a enciclopédia digital é resultado de trabalho colaborativo e que os estudantes devem fazer as atividades da aula para a Wikipédia voluntariamente. Nas disciplinas que ele ministra, quem acrescentar conteúdo na rede ganha um ponto extra, mas não o suficiente para tirar um aluno D da recuperação. Já Rafael cobra de suas turmas três relatórios que podem ser entregues na forma tradicional ou editando, acrescentando conteúdo e criando verbetes relacionados à disciplina.

A adesão ao projeto costuma ser grande. Para os estudantes, o principal incentivo a colaborar é o legado. Marina de Freitas diz que “foi bom saber que estou escrevendo sobre algo e que depois aquilo não vai pro lixo”. No sétimo semestre de Engenharia Física na UFRGS, ela foi aluna de Rafael no início deste ano.

Para o professor, a construção do conhecimento e dos materiais de aprendizado pelos alunos gera uma nova fase do ponto de vista da informação, em que “as pessoas não são consumidoras do conhecimento, mas passam a produzir ao mesmo tempo em que consomem”. Essa mudança foi sentida por Marina em outra disciplina: “Usei uma página da Wikipédia bastante útil e depois lembrei que foi uma colega minha que fez aquele verbete. Quando tu escreves pra Wikipédia, tens essa sensação de estar ajudando”.

Outro benefício didático da iniciativa, na visão do também aluno da Engenharia Física Jan Luc Tavares, é que o estudante precisa ter um cuidado maior com a clareza do texto. Para ele, o professor tem uma prática de decifrar o que o aluno quis dizer em uma redação menos clara, que não serve para uma enciclopédia. “Ele faz uma mágica que a Wikipédia não faz”, comenta o estudante, para quem por conta disso, o filtro de qualidade da comunidade online é até mais rigoroso que o do docente, pois, em alguns casos, se o aluno “simplesmente conseguisse fazer uma contribuição pra Wikipédia que não fosse revertida, ela já seria uma avaliação suficiente, talvez o professor não precise nem ler”.

Fábio contou no FISL que, desde sua pós-graduação, quando queria se aprofundar em um assunto, buscava fontes relevantes a respeito, lia, resumia e escrevia na Wikipédia como forma de consolidar o conhecimento. Com o Wikipédia na Universidade, ele espera que os alunos façam o mesmo, não só durante a disciplina como em futuras pesquisas que podem ser acrescentadas à enciclopédia, criando o hábito da

edição. Aumentar a comunidade de colaboradores ativos com gente qualificada é um dos objetivos do projeto, mas que, pelo menos na UFRGS, não tem tido tanto sucesso. A maioria dos alunos cria o usuário para a disciplina, edita os verbetes durante o semestre e abandona o perfil assim que acabam as aulas.

Aficionado – Na Wikipédia, toda mudança em todo artigo fica salva, e pode-se ver o que e quando cada usuário editou desde o início da enciclopédia. Nos mais de cem perfis de alunos registrados nas disciplinas da UFRGS desde 2012, o de Jan Luc é um dos únicos a ter registro de movimentação frequente, mesmo depois do final do semestre. Ele se interessou pela Wikipédia aos 12 anos, em 2006, criou seu usuário, conversou com wikipedistas experientes, mas não fez mudanças em verbetes até se inscrever em Física III para Engenharia, disciplina ministrada por Rafael, em 2013. Desde então, vem fazendo alterações quase mensalmente.

Como o site permite edições anônimas, bem como a criação de diversos perfis por uma pessoa só, é impossível afirmar que Jan Luc foi o único a seguir ativo na Wikipédia, mas a baixa adesão de qualquer forma é decepcionante para os professores. Eles creditam isso à fase na vida em que se encontram os alunos da graduação, com pouco tempo livre. Fábio conta que esse fenômeno ocorre no mundo inteiro, com a comunidade de colaboradores sendo composta principalmente de adultos em uma fase mais estável da vida e de adolescentes no ensino médio, que diminuem a atividade quando chegam à universidade.

Outro problema para os iniciantes

é a formatação da Wikipédia. De acordo com Jan Luc, o que ele viu de seus colegas foi que muitos se frustravam ao editar e escrever textos para verbetes que eram completamente revertidos por usuários mais experientes por falta de fontes ou de uma linguagem enciclopédica. Fábio sustenta que a comunidade wikipedista amadureceu e ficou mais exigente, menos tolerante com problemas na formatação e menos receptiva aos novatos. Este é um desafio aos professores que dedicam algumas aulas do semestre mostrando como funciona a Wikipédia, ao mesmo tempo em que tentam convencer editores experientes a não apenas reverter as colaborações dos novatos, mas a ajudá-los, indicando os problemas do texto.

O projeto Wikipédia na Universidade, assim como a própria enciclopédia, é totalmente livre e qualquer um pode contribuir. No entanto, Fábio sugere que os colegas interessados mandem um e-mail para educacao@wikimedia.org, por meio do qual receberão informações e indicações de contato com os docentes que têm experiência com o programa. Na UFRGS, a iniciativa tem sido usada em aulas de tradução, além da Matemática, Física e Engenharia. Mas Rafael assegura que qualquer disciplina com conteúdo relacionado a verbetes que caibam numa enciclopédia pode ser incluída no projeto. A única exigência é que o professor saiba como funciona a Wikipédia, saiba usá-la e tenha interesse em passar a disposição adiante.

Antônio Assis Brasil,
aluno do 6º semestre de Jornalismo
da Fabico



Resistência à diversidade

Legislação *Questão de gênero enfrenta barreira nos planos de educação estadual e municipal*

RAMONMOSE/7U



Para a secretária adjunta da Livre Orientação Sexual, Glória Crystal, a temática de gênero se mantém

Preconceito leva à evasão escolar

“Na cabeça de alguns, nós LGBT difundimos ideologia de gênero. Esse é o grande medo deles. Mas é apenas a nossa identidade. Ninguém vai instruir um aluno a mudar sua essência”, as palavras são de Glória Crystal, secretária adjunta da Livre Orientação Sexual (Salos). Ela é também a primeira travesti a ocupar o cargo. O Salos, órgão ligado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos, é uma iniciativa pioneira da Prefeitura de Porto Alegre, que faz o meio de campo entre os movimentos sociais e as instituições governamentais das áreas da saúde, comunicação e educação. Entre os trabalhos que desenvolve está a discussão sobre sexualidade e *bullying* com professores de escolas públicas.

Conforme o Relatório das Nações Unidas sobre Violência contra Crianças, de 2006, a violência e o *bullying* motivados por orientação sexual e identidade de gênero são dirigidos a meninas por professores e colegas do sexo masculino, assim como a jovens lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT). Ainda segundo a Unesco, pesquisas mostram que o *bullying* por motivos de orientação sexual e de

gênero afeta todos os alunos percebidos como não conformes às normas sexuais e de gênero preponderantes no meio, inclusive lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais. Tal discriminação é apontada como um dos principais fatores para o elevado índice de evasão escolar por parte de jovens LGBT em todo o mundo.

Glória Crystal sabe bem o que é isso: “Tenho 50 anos. Abandonei a escola no ensino médio e só fui completar em 2008. Depois, fui estudar Assistência Social. Por que larguei a escola? Quando entrava na sala, os colegas começavam a se cutucar e falar. Abandonei a escola porque sofri muito”, relata.

Com relação ao Plano Municipal de Educação, considerando que ele tem um caráter consultivo, Glória segue otimista: “Não se parou de discutir o Plano Municipal de Educação, pelo contrário. E o que a gente entender que tem de mudar, vamos lutar para isso. Foi uma perda, mas continuo fazendo o meu trabalho, porque a temática não vai morrer. A gente já falava sobre isso quando era proibido e vamos continuar falando”, conclui.

A ideia de colocar no papel as metas de médio e longo prazo para a educação no país é antiga e anda a passos lentos. Prova disso é o fato de 30% das cidades brasileiras e 60% dos estados ainda não terem votado seus planos de educação. A questão se agrava quando entram em pauta temas polêmicos. É o caso da inclusão no currículo do ensino fundamental nas escolas em todo o território nacional da defesa da diversidade sexual e dos estudos de gênero.

Para a pesquisadora e especialista em políticas públicas da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), Ana Júlia Possamai, a retirada desses pontos do texto pode gerar entraves legais e financeiros. “O professor que precisar de material ou quiser fazer uma saída de campo não vai conseguir. Do ponto de vista da política pública, se algo saiu do documento legitimar ações ou conseguir verbas vai ser muito difícil. O que me preocupa, pois temos índices de homofobia e de violência contra a mulher bastante altos”, completa.

Presença religiosa – O texto original do Plano Nacional de Educação, elaborado durante a 1ª Conferência Nacional de Educação, em abril de 2010, estipulava claramente a importância de valorizar a diversidade “com vistas à superação das desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual, bem como o atendimento aos deficientes”. Este trecho foi substituído por “promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. A mudança ocorreu após lobby da bancada evangélica na Câmara Federal, sob o argumento da “ideologia de gênero”, que permitiria ao MEC “invadir as escolas com cartilhas gays, bissexuais, transexuais e outros”, conforme reclamou o deputado Antônio Bulhões (PRB – SP).

Conforme Ana Júlia, a posição das bancadas evangélica e católica se repete em todas as esferas: “Aqui em Porto Alegre foram tiradas as palavras gênero, estudo de gênero, identidade de gênero, sexualidade, orientação sexual e diversidade sexual. Isso deixa evidente que não está associado diretamente ao papel da mulher, e sim às questões LGBT, uma preocupação constante da bancada religiosa, ainda que ela seja inexpressiva no nível municipal”.

Dos planos estaduais votados até o mês passado, oito vetaram as referências a gênero e diversidade sexual, e apenas quatro as mantiveram. No Rio Grande do Sul, a derrota se deu por 27 votos a favor e 24 contrários. Além das menções aos termos citados, a Assembleia gaúcha excluiu um trecho que falava em assistência específica para alunos que tiverem evasão escolar em decorrência da sua identidade de gênero. Em Porto Alegre, um dos itens do Plano Municipal tratava de “introduzir e garantir a discussão de gênero e diversidade

sexual na política de valorização e formação inicial e continuada de profissionais da educação” e de trabalhar o tema no currículo do ensino básico. A proposta foi contestada por uma emenda da líder do Partido Progressista na Câmara, a vereadora Mônica Leal.

Para ela, isso não significa tapar os olhos à discriminação, que, reconhece, deve ser combatida. No entanto, reitera que não seria competência da escola e sim da seara familiar, pois “só os pais saberiam de que maneira, quando e com que profundidade lidar com o assunto sexualidade, dado o grau de maturidade de cada filho”, justifica.

Quem se posicionou contra a emenda vê aí um problema. “Se eu deixar isso só para a família, quando uma criança vê que o pai bate na mãe essa relação poderá ser percebida como natural. É preciso ensiná-la que o que ela vê em casa não está necessariamente certo nem é a única possibilidade”, defende a pesquisadora da FEE.

Mônica ficou chateada com a reação polêmica nas galerias da Câmara e reclama que foi chamada de fascista e ditadora. Mas a vereadora também recebeu apoio de pessoas como o arcebispo metropolitano Dom Jaime Splenger.

Contudo, Ana Júlia considera curioso que quase todos os textos propostos por comissões especializadas toquem no assunto, mesmo que um setor da população se posicione contra, o que se comprova na retirada desses termos na Câmara. “As pessoas ligadas à educação e que participaram das conferências, legitimaram o tratamento e a abordagem desse tema. A derrota foi na Câmara”, assinala. Por outro lado, Mônica argumenta que sua emenda seguia o papel do vereador a quem cabe “interpretar a voz do povo”.

Ideologia – A existência de uma “ideologia de gênero”, como propõem os opositores, é questionada. O termo gênero surge na academia norte-americana durante a década de 70 com foco no papel da mulher na sociedade e nas disparidades de políticas destinadas aos dois sexos. Em uma segunda onda, abarca as questões LGBT, problematizando a ideia de que a identidade deveria necessariamente corresponder ao sexo do nascimento. Usa-se gênero para determinar o que é social, histórica e culturalmente constituído, e sexo para o que é biológico.

Para a bancada conservadora, a ideologia de gênero relativiza o papel da biologia na constituição do indivíduo, fazendo uma espécie de propaganda de um estilo de vida. O que fica evidente na nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que fala que as menções teriam o objetivo de “desconstruir a família” e “incentivar todas as formas de experimentação sexual”.

Igor Porto,
aluno do 8º semestre de Jornalismo
da Fabico

Um mundo sem segregação

Inclusão

Diretora do MEC diz que é preciso combater a exclusão dos deficientes desde a família

Ânia Chala

Martinha Clarete Dutra dos Santos dirige o setor de Políticas de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC) e cresceu numa época em que não se falava de inclusão. Nascida no interior paranaense, quando chegou a hora de estudar, sua família não abriu mão de matricular a menina cega em uma escola comum de sua comunidade. “A diretora disse aos meus pais que o bom seria me levar para uma escola especial em Curitiba, a 600 quilômetros de distância. Assustados, responderam que não iam me doar para uma instituição, e que eu estudaria ali mesmo,” lembra Martinha, para quem essa atitude foi um marco em sua vida, pois teve de enfrentar e resolver as dificuldades que surgiram.

Há sete anos no MEC, ela defende que a inclusão é uma causa comum a toda a sociedade. Em junho, participou do IX Congresso Latino-americano Interdisciplinar do Adolescente (CLIOA), evento presidido pelo professor Dante Barone, do Instituto de Informática da UFRGS e que recebeu mais de 700 estudantes e profissionais de toda a América Latina. Nesta entrevista exclusiva para o JU, Martinha fala dos desafios da inclusão e das barreiras que ainda hoje precisam ser superadas pelos deficientes em nossa sociedade.

O que tem sido mais difícil em teu trabalho?

A mudança de mentalidade, o que chamo de barreira atitudinal. A exclusão é uma construção sócio-histórica, que se dá por meio da forma como o Estado brasileiro se construiu desde a sua origem. Por muitos anos, não havia formulação de política pública que garantisse o direito ao acesso às diferentes áreas do conhecimento, aos bens produzidos e aos serviços públicos. Com isso, as organizações civis começaram a prestar esse atendimento. Assim, se criou em nosso país uma mentalidade de que as pessoas com deficiência tinham de ficar apartadas da sociedade. Elas precisavam ter uma escola só para elas, um serviço de saúde, um espaço de cultura e de esporte exclusivos. Também se construiu a ideia de que a deficiência é uma doença que precisa ser curada. Logo, toda a pessoa com deficiência tem de passar a vida em reabilitação, preparando-se para se inserir no mundo. Só que as pessoas não



FLAVIO DUTRA/JU

Para professora, o grande desafio é a elaboração de um currículo inclusivo, porque não bastam rampas e práticas pedagógicas acolhedoras

são um prontuário médico a vida inteira! Não posso ser resumida à minha deficiência visual! Ela não é uma doença, mas uma das minhas características. A mentalidade segregacionista gerou na sociedade uma falta de percepção. Não percebemos as pessoas com deficiência, porque elas sempre estiveram fora do radar de todo mundo, para mudar isso, precisamos antes mudar a mentalidade dos governantes e daqueles que estão na gestão das escolas, nos postos de saúde, nas agências bancárias, nos clubes, nas igrejas e até nas famílias.

Há obstáculos para a promoção dessas mudanças?

A Constituição determina que todos têm direito à educação, sem exceção, de forma “incondicional, inalienável e indisponível”. Ninguém tem o direito de tirar o direito do outro. Um pai, uma mãe ou um responsável não podem dizer: “Meu filho tem deficiência e não precisa ou não vai para a escola”. Mas as instituições privadas de ensino assumiram o papel do Estado e passaram a ter verbas públicas, tornando-se uma espécie de poder político e econômico. E, claro, elas não queriam abrir mão desse papel. Romper com certos modelos pressupõe enfrentar muita resistência, porque a inclusão não é uma causa consensual. Embora pareça ser indiscutível, há segmentos que são altamente refratários porque não querem perder o poder adquirido há décadas. Como explicou Maquiavel, para transformar a gente tem de enfrentar a reticência de quem não sabe que tipo de vantagem vai ter com o novo paradigma, e tem de enfrentar também a

resistência dura, o reacionarismo de quem se beneficia muito com o sistema vigente. Por isso, ao assumir a premissa constitucional de que todos têm direito à educação, o MEC precisou explicitar que o Brasil é signatário de uma convenção da Organização das Nações Unidas (ONU), segundo a qual só se considera atendido o direito à educação se for numa escola comum inclusiva. Por quê? Porque em uma escola especial se perpetua a segregação.

Em certa medida, as escolas re-produzem a invisibilidade dos deficientes?

A escola é um grande espaço de construção de cidadania e tudo que se encontra no mundo em alguma medida se reproduz nela. Ao fazer o censo escolar, identificamos algo impressionante: pessoas com deficiência, tivessem 10 ou 40 anos, estavam invariavelmente na educação infantil. Diziam ser escolas especiais, mas elas ficavam lá, sem a menor expectativa de aprendizagem. Hoje, as diretrizes da educação infantil do Conselho Nacional de Educação determinam que as crianças com deficiência são prioridade e que essa etapa escolar tem de atender às suas especificidades. Nossa meta é uma educação infantil 100% inclusiva, porque é ali que se constrói o alicerce da educação. O livro *Quem eu seria se pudesse ser*, dos italianos Eurico Montobbio e Carlo Lepri, nos instiga a pensar sobre a força da família na construção emocional das pessoas com deficiência. Para esses autores, quando a família associa deficiência à invalidez, a infância deixa de ser vivida como deveria ser, porque essas crianças estão o tempo todo no médico.

Também não vivem a adolescência nem a juventude e se tornam eternas crianças superprotegidas. E quando chegam à escola essa falta de expectativa se repete. Ora, ninguém quer ser aquele do qual não se espera nada. Por isso a educação infantil é estratégica, porque é quando temos a possibilidade de mudar a mentalidade da escola e da família.

O que mais o Ministério está fazendo para transformar esse quadro?

Para cumprir o artigo 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que trata do direito à educação, o MEC estabeleceu três políticas: a formação de gestores das escolas, a adequação arquitetônica e a disponibilização de tecnologias de acessibilidade no ambiente escolar. Por meio do Sistema Nacional de Formação Continuada, o governo financia e apoia técnica e pedagogicamente as universidades públicas de todo o país para multiplicar as possibilidades de formação, abrangendo cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização para tratar de práticas educacionais inclusivas e do atendimento educacional especializado. A fim de realizar a adequação arquitetônica, é oferecida uma linha de financiamento às escolas públicas para obras de acessibilidade, como rampas, barras de segurança, portas alargadas e organização visual, tátil e física do prédio. Quanto à disponibilização de tecnologias para acessibilidade, cabe lembrar que até 2006, quando a convenção da ONU foi publicada, a deficiência era descrita por um protocolo médico. Este era o modelo clínico. Atualmente, vigora o modelo social. A ONU diz que a deficiência é um conceito em evolução, que se

define com base no tipo de barreira enfrentada. Isso quer dizer que cada pessoa demanda um conjunto de ações de acessibilidade para que participe em pé de igualdade com os demais. Então, um professor que planeja atividades estimulantes, valorizando os diferentes perfis de aprendizagem, vai favorecer não só a pessoa com deficiência, mas a todos, porque nem todo mundo aprende do mesmo jeito. Se há acessibilidade nas comunicações, nos materiais, na prática pedagógica e na arquitetura; se professores, gestores, pais e colegas têm outra mentalidade e há disponibilidade de recursos de acessibilidade, todos podem participar, ajudando a construir o conhecimento sem barreiras.

Podes ilustrar o que tais medidas representam para a inclusão no sistema de ensino?

Em 1998, havia na educação básica brasileira cerca de 280 mil matrículas de pessoas com deficiência. Dessas, 13% estavam em escolas inclusivas; logo, 87% estavam apartadas. Em 2014, esse total subiu para cerca de 900 mil matrículas, sendo 80% em escolas inclusivas. É uma mudança significativa. Hoje, o país tem 42 mil escolas que receberam esses aportes de formação, de adequação arquitetônica, de recursos, de tecnologia, fora investimentos locais. Porém, o grande desafio é a elaboração de um currículo inclusivo, pois não bastam rampas e práticas pedagógicas acolhedoras. Indubitavelmente temos hoje uma pauta muito bem posta: não à segregação. Inclusão é uma questão de construção contínua, porque o mundo está em movimento, e essa fluidez exige de todos uma vigilância permanente.



Onze meses de incerteza

México

Desaparecimento de estudantes permanece um mistério, enquanto governo é envolvido em denúncias

Samantha Klein

Hilda Hernández Rivera acende diariamente uma vela para Nossa Senhora de Guadalupe, protetora das Américas, das vocações e das famílias. O ritual se repete há 11 meses, em uma prece silenciosa que ecoa na Escola Normal Raúl Isidro Burgos, em Ayotzinapa. Nos pulsos e no pescoço, carrega terços e fitinhas em referência à padroeira do México e a outros santos. A fé não minimiza a dor, mas incentiva a busca por respostas sobre o paradeiro do filho César Manuel González Hernández. Ele é um dos 43 estudantes desaparecidos em Iguala.

“Tenho esperança de que eles vão aparecer. É impossível levar adiante a vida assim, em meio à destruição de famílias inteiras. Vou seguir lutando com meu esposo, não importa se tivermos que morrer por isso.” Hilda, assim como os familiares dos demais estudantes da Escola de Ayotzinapa, está morando na instituição desde o final de setembro do ano passado, quando os jovens sumiram. Unidos, os pais tentam pressionar o governo a realizar investigações profundas sobre o caso. “Dá uma vergonha terrível saber que não podemos confiar nos políticos eleitos. Por outro lado, não existe explicação para o envolvimento da polícia e do exército nisso tudo”, pondera.

No próximo mês, completa-se um ano do desaparecimento dos jovens que saíram da escola rural em direção a Iguala, estado de Guerrero, no Sul do país, com o objetivo de arrecadar fundos a fim de participar das manifestações na Cidade do México para marcar o aniversário do massacre de Tlatelolco, em 1968, às vésperas dos Jogos Olímpicos. Até hoje os números são controversos, mas estima-se que 300 universitários tenham sido mortos naquele 2 de outubro. Mesmo que o conceito de uma história cíclica seja discutível, em alguns casos, parece se confirmar.

Relações promíscuas – O sumiço dos estudantes inicialmente foi explicado pelo governo como uma ação de traficantes. A versão oficial revela que o prefeito de Iguala, José Luis Abarca, supostamente ligado à quadrilha *Guerreros Unidos*, havia ordenado o ataque para evitar que os alunos atrapassem um evento



Familiares dos 43 jovens desaparecidos pressionam governo mexicano a aprofundar investigações

eleitoral de sua esposa, María de los Ángeles Pineda Villa. As polícias municipais de Iguala e Cocula teriam capturado os estudantes, que depois seriam mortos e queimados pelos traficantes sem que o Exército e a Polícia Federal tivessem conhecimento dos fatos.

Mesmo que seja improvável a hipótese de que os jovens estejam vivos, os familiares seguem lutando, já que há inconsistências nos resultados da investigação apresentados pelo governo mexicano.

Reportagem de Anabel Hernández e Steven Fisher, da revista *Proceso*, revelou a participação de todas as esferas da segurança pública na ação. Documentos da Procuradoria Geral da República mostraram que os traficantes admitiram envolvimento na ocorrência criminosa, por meio do depoimento de policiais e traficantes, mediante tortura. O caso representou um dos maiores escândalos para o atual governo mexicano.

A tragédia ganha ares de desa-

parecimento forçado. Por outro lado, ao informar que se trata de um caso de sequestro, o governo se exime da responsabilidade. Em um lixão onde os corpos supostamente teriam sido queimados, peritos encontraram restos mortais de outras pessoas não identificadas. Além disso, um estudo da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) questionou a queima de 43 corpos no local, já que seriam necessárias toneladas de madeira para tal.

Economia do tráfico – Estimativas apontam que o mercado do narcotráfico movimentava em torno de 40 bilhões de dólares, o que coloca o comércio ilegal no topo das exportações mexicanas, acima até da venda de petróleo. Com o fim da rota marítima para transportar a droga colombiana até a Flórida nos anos 70, por ocasião da *Guerra às Drogas* do presidente Nixon, as organizações criminosas da Colômbia se reestruturaram

por via terrestre, associando-se aos cartéis mexicanos. Em 1993, os traficantes do México deixam de ser intermediários para se tornarem fornecedores, segundo o professor de Relações Internacionais da UFRGS, Camilo Carneiro Filho. A morte de Pablo Escobar marca essa mudança de posicionamento dos traficantes naquele país.

Hoje, os cartéis de Tijuana, Sinaloa, Golfe e Juarez – homônimo da cidade fronteiriça com os Estados Unidos –, digladiam-se em uma guerra sem fim, envolvendo imigrantes que desejam acessar o território americano e obrigando famílias inteiras de camponeses a cultivarem maconha, papoula ou coca.

Na visão de Washington, o México é considerado um narcoestado da mesma maneira que a Colômbia. Assim, o governo americano impõe sanções ao mesmo tempo em que injeta dinheiro no combate às drogas. “Os EUA ofereceram um plano de combate ao narcotráfico

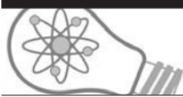
com a cifra de 1,5 bilhão de dólares para financiar o exército mexicano. O objetivo é minar os traficantes já que as polícias estaduais estão corrompidas. Ao comparar o lucro do narcotráfico, percebemos que não pode dar certo. Além disso, o sofisticado armamento utilizado pelos criminosos é adquirido nas lojas da fronteira dos Estados Unidos”, destaca o pesquisador.

A guerra às drogas implementada pelo então presidente Felipe Calderón, antecessor de Peña Nieto, resultou em 60 mil mortos em seis anos, conforme relatório da *Human Rights Watch*. A organização apurou ainda que cerca de 250 pessoas desapareceram desde 2007. Em mais de 140 casos, as evidências mostram se tratar de desaparecimentos forçados, ou seja, com participação direta ou indireta das forças de segurança estatais. O levantamento é de 2013, sendo assim, não contabiliza o sumiço dos 43 estudantes de Ayotzinapa.

Povos originários – A disputa pela terra no México foi acentuada com a inserção do país no Tratado Norte-americano de Livre Comércio (Nafta), na opinião do professor Marcelo Argenta Câmara, do Departamento de Geografia da UFRGS. Uma das condições para fazer parte do bloco econômico foi justamente a supressão do artigo 27 da Constituição, fruto da Revolução Mexicana (1910-1919). O texto regulamentava a questão agrária incluindo os *ejido* – propriedade coletiva das terras pelos povos indígenas. Assim, as reservas puderam ser divididas e comercializadas.

Para o geógrafo, o ataque aos estudantes não é somente resultado do tráfico de drogas, mas do banimento das populações originárias já que nessas escolas “normalistas”, o ensino bilíngue é uma tradição. “No momento em que se proíbe o ensino na sua língua original, se está descaracterizando e modificando a forma de pensamento dessas comunidades indígenas. É também uma maneira de desmembrar quem tem na ideia de comunidade a questão central da sua existência. É isso que os torna resistentes à ocupação do campo. Destruindo a língua é mais fácil expandir projetos de agricultura, mineração e geração de energia. É uma forma sutil de eliminação cultural”, ressalta.

O docente destaca ainda que as instituições de ensino rural vêm perdendo investimentos ao longo dos anos por formarem professores contestadores, conscientes das relações sociais e políticas no México. “As próprias escolas normais rurais são herança da revolução e vêm perdendo recursos para a sua manutenção. Esses colégios formam basicamente educadores para trabalhar nas comunidades rurais por meio do ensino que mantém o camponês no seu território originário”, explica. O sumiço dos jovens continua um enigma, mas as relações controversas entre governo e indígenas estão expostas.



Pensar para viver melhor

Mindfulness

Pesquisa busca maior qualidade de vida de cardiopatas por meio de práticas meditativas

Jacira Cabral da Silveira

Olhe! Preste atenção! Quantas vezes alertas como esses podem evitar que tropeçemos em uma pedra ou experimentemos consequências até mais danosas. Isso porque, simplesmente, usamos um recurso que está sempre à nossa disposição, independentemente de quaisquer outras pessoas, equipamentos ou substâncias alheias a nós: a capacidade de gerenciar nossos pensamentos. Assim dispostos, podemos adequar nossas ações às necessidades do momento presente com maior eficiência. Será que essa prática se aplicaria a questões de saúde? Ou seja, podemos gozar de melhor saúde se estivermos alertas quanto ao que pensamos?

No Instituto de Psicologia da UFRGS está em desenvolvimento um estudo para verificar se uma intervenção baseada em mindfulness (MBI - *Body in Mind Training*), prática semelhante à meditação que privilegia o despertar da atenção para o momento presente, é eficaz em promover a diminuição de fatores de risco psicológicos e fisiológicos em cardiopatas isquêmicos, indivíduos que sofrem do estreitamento das artérias coronárias, responsáveis por levar sangue rico em oxigênio ao coração.

De acordo com pesquisadores da *Iniciativa Mindfulness*, projeto de acadêmicos brasileiros para difundir informações sobre o tema no país, mindfulness é um estado psicológico no qual o indivíduo está atento a sua situação atual, sem julgamento e de forma intencional, fazendo com que perceba pensamentos, sensações físicas, emoções e eventos na ocasião em que eles ocorrem, sem reagir de maneira automática ou habitual. Dessa forma, pode fazer escolhas mais funcionais, influenciando em como vai lidar com o mundo, mesmo em circunstâncias difíceis.

“Nas cardiopatias existem vários fatores psicológicos que podem piorar o quadro de saúde do paciente, como a depressão e o estresse crônico. São aspectos sociais, psicológicos e comportamentais que, de fato, se refletem em todas as doenças”, explica Tiago Tatton, responsável pela pesquisa. Ele observa que a escolha por esse público-alvo para sua investigação justifica-se pelo alto índice de mortalidade entre cardiopatas. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam que, em 2012, morreram cerca de 7,4 milhões de pessoas vítimas de cardiopatias. Ainda

conforme a OMS, a segunda enfermidade que mais mata no mundo é a AIDS, em torno de 1,6 milhão de pessoas anualmente. Portanto, as doenças do coração matam quase seis milhões de pessoas a mais do que o HIV.

Diminuir o estresse – “Além da possibilidade de diminuir o estresse, a ansiedade e a depressão, um dos aspectos importantes do trabalho é a tentativa de identificar se existe um racional biológico para essas alterações”, salienta Carisi Polanczyck, coordenadora do ambulatório de pacientes com cardiopatia isquêmica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, onde serão realizadas as atividades e os exercícios de mindfulness referentes ao estudo de Tatton. Dentre os procedimentos da pesquisa, serão realizadas dosagens de marcadores inflamatórios e dos níveis de cortisol sérico, hormônio responsável pelo controle do biorritmo humano, que reduz inflamações e estimula a imunidade.

Com base nesses indicadores, o estudo pretende verificar se existe relação entre o fato de as pessoas sentirem melhor qualidade de vida ao realizarem as atividades propostas e as possíveis alterações de fundo biológico que vierem a ocorrer após tais intervenções baseadas em mindfulness. “Podendo ter uma melhora, inclusive, até em parâmetros da própria doença cardíaca”, pondera Carisi. “Já existem várias informações sugerindo que atividades como a meditação e técnicas como o mindfulness melhoram a situação dessas pessoas, mas queremos ir mais além”, enfatiza.

Para o orientador da pesquisa, professor William Barbosa Gomes, que também coordena o

Laboratório de Fenomenologia Experimental e Cognição do Instituto de Psicologia da Universidade, técnicas como a usada na investigação de Tatton podem ser comparadas a exercícios físicos, especialmente quanto à disciplina e à perseverança, cujos resultados podem ser percebidos ao longo do processo: “Quem descobriu isso há muito tempo foram os jesuítas, mas eles usavam em sentido contrário para doutrinar os religiosos. No caso das técnicas de mindfulness busca-se soltar as amarras mentais das pessoas”, argumenta o docente.

Ciclos de bem-estar – “O estresse afeta negativamente seu cérebro e seu corpo, mas você pode fazer algo para reverter esse círculo.” Essa é uma das ideias iniciais que Tiago lançará aos pacientes cardiopatas que venham a colaborar com sua pesquisa de doutorado. A partir desta provocação, ele pretende capacitar os pacientes a partir de seus próprios recursos mentais: “Serão cinco semanas de treino, durante as quais vamos acompanhar a redução de todos esses marcadores inflamatórios, reduzir estresse, melhorar a regulação emocional e o senso de autoeficácia. Em resumo, a melhora da qualidade de vida”.

Por meio de uma primeira análise dos prontuários já existentes no hospital serão apurados aqueles pacientes elegíveis para o estudo. Entre os aspectos a serem observados estão: deve ser alfabetizado; estar há pelo menos seis meses em tratamento no HCPA; não apresentar qualquer tipo de demência, ainda que leve. Num segundo momento, os pacientes que aceitarem participar do estudo serão randomizados em três grupos: um receberá treinamento

mindfulness, outro passará por uma intervenção parecida e um terceiro grupo continuará seguindo apenas o tratamento já recebido no hospital. Cada grupo terá cerca de 20 integrantes.

Pés no chão – Sentados confortavelmente, mas não de maneira desleixada, mãos descansando sobre as pernas, que precisam estar bem apoiadas no chão, considerando-se que nada deve representar esforço ou desconforto. Essa é a posição inicial para os exercícios, acompanhada de instruções como: “Pare, agora imagine que você está na beira de um rio e que cada folha que cai nesse rio é um pensamento seu, e você observa esses pensamentos sem reagir”. Mas as questões não se restringem à ambiência: “De zero a cinco, quanto você pode perceber quantas vezes você é capaz de observar seu próprio pensamento?”. Pronto, aqui complica.

Assim como as pesquisas em Psicologia recorrem com frequência à resposta de questionários por parte dos colaboradores, no caso específico da aplicação da mindfulness existem questões de difícil entendimento, como a segunda pergunta transcrita no parágrafo anterior. Levando em consideração aspectos como esse, além de diferenças culturais, Tatton diz que será necessário fazer uma adaptação dos protocolos já existentes de mindfulness aplicados à saúde, criando-se assim um protocolo específico para a população brasileira: “Embora o SUS seja um sistema de saúde disponível a todos no Brasil, a grande maioria que utiliza tais serviços tem menos tempo de educação formal”, justifica.

De acordo com o pesquisador, o treinamento completo pode

ser desenvolvido em cinco ou oito semanas e compreende três aspectos: a sensação de suporte social experimentada pelo fato de as pessoas estarem em grupo; a questão de ser uma psicoeducação; e as explicações sobre – por exemplo – o que é o estresse, como ele afeta o cérebro, como cada um de nós pode desativar esse ciclo e ativar um ciclo de bem-estar. Ele ressalta ainda, que os pacientes deverão praticar cotidianamente o que aprenderam nos encontros durante o desenvolvimento do estudo, assim como ocorre em qualquer aplicação de mindfulness.

Prática cotidiana – Entretanto, Tiago faz questão de salientar que o mindfulness não é uma atividade para mudança de personalidade, nem é terapia ou uma técnica para descobrir o potencial de cada um. Cita como exemplo sua ansiedade. Ao fazer os exercícios de mindfulness ele não deixa de ser ansioso, mas aprende a lidar de uma forma melhor com essa sua característica e também com a forma com que ela afeta seu dia a dia. “Isso melhora minha qualidade de vida”, explica.

Com relação aos cardiopatas que participarão da pesquisa, Tatton afirma que o objetivo é o mesmo: proporcionar maior qualidade de vida por meio de um melhor gerenciamento das emoções, reduzindo o estresse. “A intensão é que eles tenham um modelo de *coping* (de comportamento) mais saudável. Normalmente, os cardiopatas querem evitar os sintomas da doença e o que o mindfulness auxilia é na forma com que essas pessoas lidam com esse temor, pensando antecipadamente outras maneiras de reagir caso forem acometidas por tais sintomas”, finaliza.





RONAI ROCHA

Paisagem valorizada

A obra aborda temas como a perda de área da vegetação nativa para a agricultura

Meio ambiente Publicação destaca a preservação do bioma pampa

A cidade de Cruz Alta, no noroeste gaúcho, onde nasceu Erico Verissimo, serviu de inspiração para a criação de *O tempo e o vento*, sua obra mais consagrada. “A paisagem ficcional criada por Erico era uma típica região de campo”, conta Valério Pillar ao relembrar as zonas campestres que foram se extinguindo ao longo dos anos. Lançado em junho, *Os Campos do Sul*, editado por Valério de Patta Pillar e Omara Lange, ressalta a importância do bioma campo e da preservação de sua biodiversidade, cada vez mais ameaçada pelas lavouras.

Valério, que é professor da Faculdade de Agronomia da UFRGS, diz que a ideia do livro surgiu da necessidade de mostrar à população que preservar os campos é tão importante quanto outros biomas: “No Brasil, milhares de hectares foram transformados em lavouras e em plantações de árvores nas últimas décadas. Se esse processo tivesse ocorrido em florestas, obviamente haveria uma reação. As pessoas entendem que as florestas precisam ser protegidas, mas os campos não”.

Somente em nosso estado existem 2.600 espécies de plantas típicas campestres. Segundo o docente,

há muita biodiversidade nessas regiões e o uso do campo para a agricultura faz com que várias espécies não consigam se adaptar a essa situação. Assim, muitas delas acabam desaparecendo. Além disso, o uso desses ambientes para a agricultura acarreta modificações no solo: “Com as lavouras, a infiltração é alterada, aumentando a possibilidade de erosão”, ressalta o pesquisador.

Pampa x gado – Quando vieram para o Rio Grande do Sul a fim de cristianizar povos indígenas, os jesuítas espanhóis acabaram introduzindo o gado bovino no estado. Esses animais se espalharam por toda a região de campos até o Uruguai. Conforme Valério, contrariando o senso comum, o uso dos campos para a pecuária não prejudica a conservação da biodiversidade: “Não só as espécies de flora, mas também de fauna, evoluíram com os grandes animais pastadores”.

O professor explica que o gado insere nesses ambientes um processo ecológico importante, o pastejo. “Quando não existe pastejo, a vegetação se modifica, porque aí não há o grande pastador para remover aquela biomassa, que vai se acumulando até chegar num ponto em que muitas espécies, tipicamente de campos baixos, não conseguem sobreviver nesses ambientes mais fechados por arbustos e macegas”. Ele argumenta ainda que, ao contrário da atividade de lavoura, a pecuária não envolve a supressão da vegetação nativa.

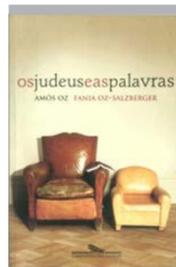
Para Valério, o propósito da

obra, que reúne textos de diversos pesquisadores na área da Ecologia e imagens de paisagens e de animais campestres, é fazer com que as pessoas se informem melhor antes de tomar decisões: “São os bancos que financiam a atividade agropecuária. E são profissionais de outras áreas que, por vezes, desconhecem essa problemática”, conclui.

Jéssica Menzel,
aluna de Jornalismo do 7.º
semestre da Fabico



Os campos do sul
Valério de Patta Pillar
e Omara Lange (orgs.)
Porto Alegre:
Rede Campos
Sulinos, UFRGS,
2015 | 192 páginas
Distribuição dirigida



Os judeus e as palavras

Amóz Oz e Fania Oz-Salzberger | São Paulo: Companhia das Letras,
2015 | 256 páginas | R\$ 34 (e-book R\$ 28)

Para amantes de livros

Donos de um texto arrojado e treinados no exercício da literatura, Amóz Oz e Fania Oz-Salzberger, pai e filha, se valem de sua postura secular e, ao mesmo tempo, de sua íntima relação com o mundo israelita e judaico para retirar o manto sagrado e religioso que cobre os textos da Bíblia hebraica, do Talmude e da Torá. Segundo os autores, “um arqueólogo poderá se preocupar com o fato de os relatos bíblicos serem mera ficção, mas nós viemos de um lugar diferente. Ficção não nos assusta. Como leitores, sabemos que ela transmite verdades”. O resultado é a exposição do papel fundamental que palavras e livros têm desempenhado, unindo o povo judeu ao longo de sua história. Uma história que não trata do papel de Deus, mas do papel das palavras – sendo que “Deus” é só mais uma dessas palavras. Palavras que geram diferentes significados para diferentes ouvidos, épocas, culturas e idiomas. Na visão dos autores, os textos sagrados são uma criação literária magnífica,

escrita por seres humanos, cabendo, justamente por essa razão, serem amados e respeitados. Ou, ainda, “a ficção inventa tramas e brinca com a evidência, ao mesmo tempo em que nos conta coisas sobre o universo e a humanidade que reconhecemos como genuínas e profundas. Fatos às vezes se tornam terríveis inimigos da verdade”. Eles entendem, também, que a religião empobrece culturalmente esses documentos, impedindo que o leitor aprecie as magníficas obras de arte que são. Tal abordagem permite vislumbrar indivíduos, homens e mulheres, comprometidos com palavras, expressões que vêm de livros, pois tradições orais não seriam suficientes para educar crianças e jovens. Tais obras teriam sido discutidas e analisadas com liberdade ímpar, pois se a profecia pode ser mística, a exegese é humana. Amóz e Fania colocam os antigos hebreus e os modernos judeus num *continuum* linear, não biológico, não étnico nem mesmo religioso, mas num *continuum* verbal. (Beatriz Firpo)



Identidade em crise

Comportamento Ciclo de debates discute as raízes dos conflitos entre os gaúchos

O conflito em relação à própria identidade e ao sentimento de pertencimento à terra que ocupa é uma constante entre o povo sul-rio-grandense. Com o propósito de analisar o mal-estar e os atritos causados por essa crise, a Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA) se associou ao Departamento de Difusão Cultural da Pró-reitoria de Extensão da UFRGS para promover o ciclo de debates *NósOutros Gaúchos*, com seis encontros que se iniciaram em maio e prosseguem até outubro deste ano.

Tendência ao conflito – Uma das principais questões trabalhadas nos encontros é a dificuldade dos gaúchos em chegar a consensos e o ambiente conflituoso gerado a partir disso. De acordo com Jaime Betts, um dos curadores do projeto, o embate surge em diversas áreas do cotidiano e traz um permanente sentimento de desconfiança em relação ao outro. “Essa rivalidade é uma constante no modo de ser do gaúcho, seja no campo esportivo ou político. E se manifesta, principalmente, na intolerância recíproca e na nossa tendência à radicalização”, aponta o diretor do Instituto APPOA.

As raízes desse conflito datam do final do século XIX, desde a Revolução Federalista – guerra civil em que se confrontaram maragatos, os seguidores de Gaspar da Silveira Martins, contra ximangos, apoiadores do então governador Júlio de Castilhos. Eram os primeiros anos da República e a revolta dos federalistas de Silveira Martins se deveu ao autoritarismo de Castilhos, que manipulou a eleição que o elegeria governador do Rio Grande do Sul e redigiu de forma unilateral a nova Constituição Estadual. Estima-se que a luta – conhecida como Revolução da Degola, devido à prática dos combatentes cortarem o pescoço dos opositores de orelha a orelha – tenha deixado 10 mil mortos, reduzindo uma população já devastada pelas guerras dos Farrapos e do Paraguai e cultivando uma cultura de ódio interna. “Essa foi uma batalha de irmão contra irmão. E carregamos as marcas dessa intolerância até hoje. Assim, se o outro me procura e propõe algo, o primeiro pensamento é de desconfiança em relação ao que ele vai ganhar com isso e não quanto ao que podemos ganhar coletivamente”, sustenta Jaime.

Culturas plurais – O nome do projeto ressalta a necessidade de enfatizar a pluralidade de identidades existente no Rio Grande do Sul,

mostrando como o encontro das diferentes culturas que habitam o estado ajuda a formar as individualidades, apesar dos constantes conflitos. Jaime afirma que cada uma das muitas identidades dentro do nosso estado se fecha em seu gueto, dificultando as construções coletivas. De acordo com o psicanalista, uma das causas para essa tendência seria a insegurança em relação à própria identidade, que surge do que é chamado na psicanálise de *narcisismo da pequena diferença*. “Existem traços com os quais nos identificamos individualmente e que nos distinguem. Por exemplo, a cor azul identifica o gremista e o vermelho simboliza o torcedor do Internacional – assim como ocorria com os ximangos, que eram representados pelo lenço branco, enquanto seus opositores, os maragatos, pelo lenço vermelho. Essas mínimas diferenças nos tornam inseguros em relação à nossa identidade, como algo que ameaça aquilo que acreditamos ser”.

Apesar dessa multiplicidade de identidades, a ideia dominante do que é ser gaúcho no imaginário popular é a concepção idealizada pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). Criado no final da década de 1940, o MTG surgiu da iniciativa de jovens interioranos que, saudosos dos costumes rurais, formaram um grupo em Porto Alegre para cultivar e preservar os valores do campo. Desde então, o movimento cresceu, atingindo a população do Rio Grande do Sul de maneira direta ou indireta, e estabelecendo o termo gaúcho como gentílico da região.

Tradicionalismo que abafa – De acordo com Carla Renata Gomes, docente do Centro Universitário Unilasalle-Canoas, o tradicionalismo surgiu em um momento de grande efervescência do cenário urbano rio-grandense, que acabou eclipsado pela dominação cultural exercida pelo MTG e apoiada por um Estado interessado em difundir uma cultura regional conservadora. “Os escritores do século XIX se preocuparam em reforçar a importância da nossa cultura urbana. Porém, a riqueza dessa vivência nas cidades foi esquecida diante da força com que surgiu o tradicionalismo”. Segundo a historiadora e museóloga, o movimento preponderou principalmente por seu atrelamento institucional e pelo uso de todo o equipamento de difusão cultural do governo. “Houve a inserção do tradicionalismo nas escolas; os livros didáticos escolares, por exemplo, começaram a disseminar a concepção do MTG do que é ser rio-grandense”, afirma Carla Renata. No livro *De Rio-Grandense a Gaúcho: o triunfo do avesso*, fruto de sua pesquisa para o mestrado no PPG em História da UFRGS, a professora traça a trajetória da palavra gaúcho por meio da análise de suas representações na literatura.

Originalmente utilizado para designar o sujeito da fronteira pampeana que era nômade, marginal, sem terra e sem teto, o termo adquiriu uma nova conotação em 1870 com o livro *O gaúcho*, de José de Alencar, que, com um olhar estrangeiro, adota a expressão para todos os habitantes da região. Lo-

calmente, a palavra popularizou-se apenas na virada do século com o surgimento, em Porto Alegre, do clube Grêmio Gaúcho, fundado pelo militar Cezimbra Jacques, e considerado o precursor dos Centros de Tradições Gaúchas (CTG). O clube foi pioneiro ao exaltar os hábitos campeiros. Pela primeira vez, podia se chamar alguém de gaúcho sem ter a intenção de ofender. Mas a generalização e a transformação em gentílico ocorreriam somente com o movimento tradicionalista, como conta Jaime Betts: “O tradicionalismo pegou essa figura marginal do gaúcho e, baseando-se em alguns fatos reais, o transformou em um mito. Inventaram uma cartilha do que é certo e errado. Se criou um conservadorismo sobre o que torna alguém gaúcho ou não”.

Essa mitificação é uma das grandes controvérsias a rondar o tradicionalismo, acusado de fantasiar um folclore que não dialoga com a realidade da população. Contudo, para o docente do Departamento de História da UFRGS, Cesar Guazzelli, a questão é a forma pela qual nos relacionamos com essa cultura. “No momento em que as pessoas reconhecem como algo legítimo, não importa. Toda identidade, inclusive a nacional, é formada por características que foram decretadas por alguém em dado momento. O importante é que tenha um fundo de verdade, alguma verossimilhança que crie um universo e um discurso identitário com o qual as pessoas possam se colocar”. Para Carla Renata, o problema é a natureza

dogmática do tradicionalismo e o caráter oficial que suas concepções assumiram. “Cada geração tem suas realidades e as interpreta de diferentes formas. Particularmente, acredito no direito do MTG de disseminar a cultura como eles a entendem, mas é um absurdo perpetuar uma interpretação específica, transformando-a na única possível, como faz o movimento tradicionalista”. Segundo a pesquisadora, o fato de estarmos constantemente discutindo a nossa identidade mostra o quão frágil é essa construção. E a falta de identificação com essa imagem criada é a causa de um mal-estar geral em boa parte da população. “É uma violência simbólica fazer com que as pessoas tenham a obrigação de corresponder a esse personagem apenas para exaltar uma superioridade fantasiosa”, avalia.

Já para Jaime Betts, a inflexibilidade do tradicionalismo e sua necessidade de demonstrar superioridade em relação aos outros trazem efeitos negativos: “É um fenômeno que nos freia como sociedade. É um movimento fundamentalista. E todo fundamentalismo é intolerante em sua essência e impossibilita qualquer tentativa de diálogo, pois encara aquele que pensa diferente como uma ameaça à sua identidade. Quanto mais narcisicamente envolvidos ficamos, menor a chance de entedimento em relação às diferenças”, conclui o curador do *NósOutros Gaúchos*.

João Pedro Teixeira, aluno do 7º semestre de Jornalismo da Fabico



A bombacha é uma vestimenta que traduz o modo de ser do gaúcho, segundo o MTG



DESTAQUE



Flávia Domingues Alves (centro) se apresentará ao lado de alunas do curso de Música da UFRGS

Cordas para que te quero

Música

Violonistas do IA tocam no Theatro São Pedro

Com um repertório que vai do virtuose Egberto Gismonti ao inspirado Baião de Gude, de Paulo Bellinati, o grupo *Damas do Violão*, formado por uma docente e duas estudantes da UFRGS, se apresenta no Theatro São Pedro no final deste mês. Três gerações de violonistas se encontram no Projeto MultiMúsica, parceria da Associação de Amigos da casa de espetáculos com o Departamento de Música do Instituto de Artes (IA).

“A minha formação é clássica, mas as meninas tinham vontade de buscar um repertório mais popular”, comenta

a professora Flávia Domingues Alves sobre o desejo das estudantes do bacharelado em Violão Amanda Carpenedo e Fernanda Krieger.

Conforme Flávia, as composições se adaptam muito bem aos arranjos para o instrumento. “Estamos privilegiando o gosto do grupo, mas temos expectativa de identificação do público também”, ressalta.

Artistas locais – O MultiMúsica foi idealizado com o objetivo de trazer diferentes propostas à Sala da Música, sempre na última quarta-feira de cada mês, às 19h30. A ideia é proporcionar um espaço adequado para apresentações de câmara e divulgar o trabalho de artistas locais. O projeto iniciou em junho e segue com programação até outubro.

No próximo mês, será a vez do grupo *Música Mundana*, integrado pelos alunos Helena

Oliveira Nunes e Lucas Alves, além dos professores Fernando Lewis de Mattos e Flávia. O recital traz um repertório de composições da tradição medieval, renascentista, judaica e árabe desde o século XIV ao início do século XX. “Nosso propósito é resgatar músicas tradicionais. É uma escolha do grupo variar a seleção das canções considerando o enorme arcabouço cultural antigo”, considera. O quarteto, em referência às canções profanas da Idade Média, também traz um resgate de instrumentos como o alaúde, o corvelato e a sacabuxa.

As apresentações são gratuitas e ocorrem nos dias 26 de agosto, 30 de setembro e 28 de outubro. No último concerto, o músico e docente Daniel Wolff fará um recital solo. Entrada franca, mediante a retirada de senhas na bilheteria do teatro com um limite de dois ingressos por pessoa.

CINEMA

CineF: Mostra Brasileiros

Ciclo organizado pela Sala Redenção em parceria com o Cineclube da Fabico-UFRGS que exhibe filmes nacionais. Entrada franca.

EDUCAÇÃO SENTIMENTAL (Brasil, 2013, 84 min), de Júlio Bressane
Sessões: 3 de agosto, 16h; 6 de agosto, 16h; 12 de agosto, 19h
No dia 12, debate com a produtora cultural Juliana Costa após a sessão.

SERRAS DA DESORDEM (Brasil, 2006, 135 min), de Andrea Tonacci
Sessões: 3 de agosto, 19h; 4 de agosto, 16h
No dia 3, debate com o crítico Leonardo Bonfim após a sessão.

Sessão Helena Ignez

Exibição de duas produções dirigidas pela atriz e cineasta.
Sessões: 4 de agosto, 19h; 7 de agosto, 16h; 11 de agosto, 16h

FEIO, EU? (Brasil, 2013, 70 min) +



PODER DOS AFETOS (Brasil, 2013, 31 min)

Sessão Aly Muritiba

Três filmes do cineasta baiano, ganhador do Global Filmmaking do Festival de Sundance 2013.
Sessões: 5 de agosto, 16h; 7 de agosto, 19h; 11 de agosto, 19h

A FÁBRICA (Brasil, 2011, 15 min) +

PÁTIO (Brasil, 2013, 16 min) +

A GENTE (Brasil, 2013, 89 min)

TEATRO

TPE 2015

Mostra de peças produzidas por estudantes do curso de Teatro do Instituto de Artes da UFRGS. Entrada franca.

SARAH
O espetáculo coloca em cena a visão de mundo da britânica Sarah Kane, uma das maiores dramaturgas do século XIX. No elenco Aline Bjerk, Bruno Fernandes, Diogo Verardi, Juçara Gaspar, Keka Bittencourt, Ralf Duccini e Suzane Cardoso
Datas: 1º, 8, 15, 22 e 29 de agosto
Local e horários: Sala Alziro Azevedo, 12h30 e 19h30
Haverá distribuição de senhas para ingresso com 1h de antecedência

Vale Vale!

Projeto que apresenta a produção de grupos compostos por integrantes da comunidade universitária da UFRGS. Entrada franca.

GRUPO ÌBEJÌ
Coletivo criado e dirigido pelo músico nigeriano Idowú Akinrúfí que promove as artes e a cultura de matriz Yorùbá. As músicas estão associadas a histórias de ancestralidade e cotidiano do povo, celebrando orixás e homens, cada qual com seus feitos e poderes.
Data: 12 de agosto
Local e horário: Teatro Grego do Câmpus do Vale, 12h30

ENTREVISTA ABERTA
Data: 5 de agosto
Local e horário: Sala II do Salão de Atos, 20h

CONCERTO
Wander Wildner se apresenta ao lado de Gustavo Chaise (baixo), Eduardo Dolzan (bateria), Rust Costa (piano e teclado) e Jimi Joe (guitarra), trazendo as músicas de seu novo disco *Existe alguém aí?* e clássicos como “Bebendo Vinho” e “Eu não consigo ser alegre o tempo inteiro”.
Data: 6 de agosto
Local e horário: Salão de Atos, 20h
Retirada de senhas a partir de 3 de agosto, no mezanino do Salão de Atos, mediante a doação de um quilo de alimento não perecível por ingresso.



Sessão NósOutros Gaúchos

A Sala Redenção apresenta um filme afinado com o tema do ciclo. Entrada franca.

CASTANHA (Brasil, 2014, 95min), de Davi Pretto
Sessão: 5 de agosto, 19h
Após a exibição, debate com o antropólogo Ben Berardi e o aluno de Jornalismo da Fabico Lennon Macedo.

Sessão Curtas Universitários (MOUC)

Mostra com produções de estudantes de todo o país.
Sessões: 6 de agosto, 19h; 10 de agosto, 16h; 12 de agosto, 16h
Entrada franca

ÁGUA (RS, 2013, 15 min), de Giulia Góes +

ANTES QUE ME ESQUEÇAM (RS, 2013, 13 min), de Júlia Sindermann +

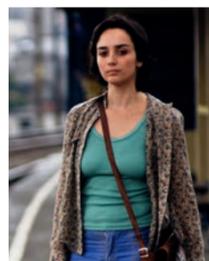
BABA 105 (RJ, 2013, 5 min), de Felipe Bibian +

O QUE APRENDI COM MEU PAI (GO, 2013, 15 min), de Getúlio Ribeiro +

VIDA (CE, 2013, 4 min), de Levi Magalhães +

MENINA (AL, 2013, 10 min), de Amanda Duarte e Maysa Santos +

TRÊS VOLTAS (PE/CE/França, 2013, 12 min), de Fabíola Gomes, Txai Ferraz e Vinícius Gouveia



A MEMÓRIA QUE ME CONTAM (Brasil, 2012, 100 min), de Lúcia Murat
Sessões: 10 de agosto, 19h; 20 de agosto, 16h; 26 de agosto, 16h

EXPOSIÇÃO

Unifoto

A coleção Eichenberg de Livros Raros pertencentes à Biblioteca Central da UFRGS ganha uma mostra para marcar o encerramento do Projeto de Conservação do Acervo Raro da Universidade, desenvolvido com patrocínio do BNDES, entre 2014 e 2015.
Data: 17 de agosto a 18 de setembro
Local e horário: saguão da reitoria, das 8h às 18h
Entrada franca

ESPECIAL

NósOutros Gaúchos

Quarto encontro da série promovida pelo Depto. de Difusão Cultural em parceria com o Instituto APPQA. Os convidados Ana Costa, Claudia Fonseca, José Rivair Macedo, Sinara Robin e Vitor Nocchi debatem a visão dos outros sobre a cultura gaúcha e os modos de ser do povo gaúcho.
Data: 12 de agosto
Local e horário: Salão de Festas da reitoria, 20h30
Entrada franca

O CÉU SOBRE OS OMBROS (Brasil, 2010, 92 min), de Sérgio Borges
Sessões: 13 de agosto, 16h; 20 de agosto, 19h; 31 de agosto, 19h
No dia 31, após a sessão, haverá debate com o crítico Pedro Henrique Gomes.

TRABALHAR CANSA (Brasil, 2011, 99 min), de Marco Dutra e Juliana Rojas
Sessões: 14 de agosto, 16h; 19 de agosto, 16h; 25 de agosto, 19h

O SOM AO REDOR (Brasil, 2012, 100 min), de Kléber Mendonça Filho
Sessões: 17 de agosto, 16h; 21 de agosto, 19h

O LOBO ATRÁS DA PORTA (Brasil, 2014, 100 min), de Fernando Coimbra
Sessões: 13 de agosto, 19h; 14 de agosto, 19h; 21 de agosto, 16h

TATUAGEM (Brasil, 2013, 110 min), de Hilton Lacerda
Sessões: 17 de agosto, 19h; 25 de agosto, 16h; 31 de agosto, 16h

O FIM E O PRINCÍPIO (Brasil, 2005, 110 min), de Eduardo Coutinho
Sessões: 18 de agosto, 16h; 24 de agosto, 19h; 28 de agosto, 19h
No dia 24, após a sessão, haverá debate com o pesquisador Felipe Diniz.

GIRIMUNHO (Brasil, 2011, 90 min), de Clarissa Campolina e Helvécio Marins Jr.
Sessões: 18 de agosto, 19h; 24 de agosto, 16h; 27 de agosto, 16h

SUDOESTE (Brasil, 2012, 128 min), de Eduardo Nunes
Sessões: 27 de agosto, 19h; 28 de agosto, 16h

Cultura de periferia

Ciclo de filmes organizado pelo Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Extensão em parceria com a Sala Redenção. Entrada franca

MESTRES DO VIADUTO (Brasil, 2012, 88 min), de Ana Estrela e Bárbara Viggiano
Sessão: 19 de agosto, 19h

ONDE?

► **Sala Alziro Azevedo**
Av. Salgado Filho, 340
Fone: 3308-4318

► **Sala Redenção**
Rua Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

► **Salão de Atos**
Av. Paulo Gama, 110 - térreo
Fone: 3308-3066

► **Teatro Grego**
Av. Bento Gonçalves, 9.500
Fone: 3308-3034

► **Theatro São Pedro**
Pç. Mal. Deodoro, s/n.º
Fone: 3227-5100

Meu Lugar na UFRGS

FLÁVIO DUTRA/JU



Num cinema de calçada

Não existe um menino como o personagem Totó, do filme *Cinema Paradiso*, a quem Edgar possa mostrar os bastidores por trás do projetor e nem há mais os longos rolos de película para projetar na tela de 6m x 3,5m. Mas existe no funcionário responsável pela Sala Redenção certa nostalgia de quem frequentou os principais cinemas de calçada em Porto Alegre. Não é coincidência que o filme de Giuseppe Tornatore seja o favorito do projetorista do cinema universitário da UFRGS.

No longa italiano, já adulto, Totó recorda os melhores momentos da infância em uma cidadezinha do interior da Sicília. No único espaço cinematográfico da vila, o encarregado pela projeção dos filmes, Alfredo, foi seu tutor na trajetória da paixão pelo cinema. Saindo da magia da telona para a Sala Redenção, no Câmpus Centro, Edgar Edelwein, que assumiu a manutenção do local em março de 2010, tomou o lugar a seus cuidados assim como fez o velho Alfredo em *Cinema Paradiso*.

Além de projetar DVD's, Blu-ray e transmissões digitais (em projetos como *Cinema em Rede*), ele verifica diariamente se as poltronas e carpetes estão limpos, confere o bom funcionamento dos filmes, o sistema de iluminação e as caixas de som. "Como em órgãos públicos qualquer compra depende de licitação, realizo os reparos possíveis com os materiais que temos. Faço tudo o que posso para evitar a abertura de licitações a fim de arrumar ou comprar algo novo. O objetivo é manter tudo perfeito para quem assiste aos filmes", conta.

A experiência de quem foi sócio de uma empresa de reparos técnicos de eletroeletrônicos facilita a realização de pequenos consertos e manutenções dentro da Sala Redenção. Quando veio de Erechim para a capital do estado, em 1980, cursou o ensino médio técnico. Na mesma época, alimentou o gosto pelos longas-metragens. Na saída das aulas, acompanhado da namorada ou de amigos, frequentava os cinemas de calçada. "Às vezes, ia a duas sessões seguidas nas salas

da Praça da Alfândega. Outros locais bons eram o Baltimore e o Vogue com programação cult", relembra.

No começo dos anos 90, com a chegada das salas aos shoppings e o *homevideo*, ele foi se rendendo ao videocassete. "Ao mesmo tempo em que passei a assistir filmes em casa, alguns dos equipamentos que consertava eram justamente os videocassetes. Quanto mais úmidos fossem os dias, mais problemas surgiam nos cabeçotes dos aparelhos. Era uma maravilha para quem trabalhava com isso!", se diverte. Tempos depois do fechamento dos cinemas de calçada, surgiu a oportunidade de fazer o concurso da UFRGS para técnico em manutenção de áudio e vídeo em maio de 2009. No ano seguinte, assumiu as funções operacionais da Sala Redenção.

Edgar também tem um cuidado especial com o público do cinema. De 2007 para cá, a sala teve um aumento exponencial de audiência a partir da divulgação dos ciclos de filmes gratuitos para a comunidade. "Nos primeiros 30 minutos de projeção fico observando se as pessoas estão bem acomodadas ou com alguma dificuldade de locomoção. Parte desse público é assíduo e temos um bom índice de retorno. A Sala Redenção é muito bem aceita e, apesar de ficar dentro da Universidade, é quase como um cinema de calçada com programação alternativa".

Em sua rotina diária, Edgar nem sempre encontra tempo para acompanhar a trama inteira dos filmes em cartaz, mas conhece o essencial das histórias de diversos diretores, roteiristas e atores em diferentes décadas da sétima arte. Assim como para Totó no filme de Tornatore, o cinema da UFRGS se tornou um dos locais mais importantes da cidade para o projetorista.

Samantha Klein

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Perfil

Saúde na aldeia

Lucíola Belfort A primeira indígena a formar-se em Medicina

Samantha Klein

Com sotaque nordestino e uma mistura de feições entre branca e índia, ela é o retrato do país: a miscigenação. Lucíola Inácio Belfort ou Nivân, tornou-se a primeira médica indígena formada pela UFRGS. Após oito anos de faculdade, o diploma veio no final de junho.

A história escrita por Lucíola será baseada na conquista que obteve através do programa de Ações Afirmativas. As cotas para indígenas permitiram que ela ingressasse em 2008 em um dos cursos mais concorridos do estado. Apesar da reserva de vagas, árduo foi o caminho até chegar à UFRGS. Foram muitas as aldeias onde viveu e as escolas onde estudou. Antes da graduação em Medicina, ela já havia concluído o curso de Enfermagem.

Aldeias – Por pouco, Lucíola não nasceu na Ilha Grande de Marajó. Na época, o local era isolado e acessível somente por avião. A comunicação com o restante do país se dava por rádio. Os pais estavam alocados na área, pois trabalhavam na Fundação Nacional do Índio, ainda que Andila Inácio estivesse nos momentos finais da gestação. Um piloto com problemas para chegar ao destino aterrissou na ilha. Entre o medo de ser devorado por canibais ou cair no rio Amazonas, o aeronauta desceu no local. Resolveu o que precisava, mas em troca teve de levar a mãe de Lucíola para Belém do Pará.

Ela foi a única a nascer na cidade. Suas quatro irmãs vieram ao mundo

pelas mãos da avó parteira na aldeia de Água Santa, no norte gaúcho. Apesar disso, Lucíola se define como de São Luiz do Maranhão, uma vez que foi onde viveu a infância. Já a aldeia a qual pertence é a Terra Indígena Serrinha, entre Ronda Alta e Três Palmeiras, no norte gaúcho. É nesse lugar, onde a mãe mora, que Lucíola se identifica como índia. "Ainda quero viver lá. Meu filho e o Márcio também. Ele me conheceu indígena e também quer morar em uma reserva", conta.

Muito antes de conhecer Márcio, Lucíola passou por vários territórios indígenas. Entre eles, a Aldeia do Ligeiro, em Charrua, RS, onde vivenciou os costumes kaingang de fato. "Entre 50 primos, tínhamos liberdade para correr, colher frutas no mato e tomar banho no rio", recorda.

Como o inverno gaúcho é gelado, os índios vivem em casas de madeira com fogo à lenha. Por conta disso, foi no início da adolescência que ela percebeu o significado do preconceito. "De manhã, tínhamos de fazer fogo se quiséssemos tomar café, e saíamos com cheiro de fumaça ou sujos de fuligem. Os colegas não queriam sentar ao nosso lado no ônibus escolar."

Entre idas e vindas, ela descobriu a importância dos estudos, assim como as quatro irmãs já diplomadas. Por conta de um convênio entre a Funai e a Unijuí, se graduou em Enfermagem. No início dos anos 2000, atuou em um posto de saúde de Três Palmeiras. "Houve pacientes que recusaram ser atendidos pela enfermeira índia. Mesmo qualificada, havia discriminação. Mas foram anos de muito aprendizado que me prepararam para trabalhar exclusivamente com índios no Mato Grosso. Essa sempre foi minha meta."

De Três Palmeiras, Lucíola seguiu para o Distrito Sanitário Especial Indígena de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso. Trabalhava na realização de exames pré-natais, cuidava de pacientes com diabetes, hipertensão e tuberculose. "Presenciei lá os pri-

meiros casos de soropositivos entre os indígenas da região."

Noites em claro – O filho Kafag, nome kaingang que significa araucária ou força, nasceu poucos dias após o primeiro semestre de 2009. Apesar da gestação, conseguiu finalizar todas as disciplinas. "Fui obrigada a colocá-lo na creche com menos de um ano de idade. Minha mãe enlouqueceu porque lugar de índio não é na creche. Mas nunca meu filho serviu de desculpa para faltar aula, no máximo, me atrasava."

Mesmo morando na CEU – o terceiro andar foi "invadido" por índios, segundo Lucíola – conseguiu viver e estudar com um bebê pequeno. O guri, hoje com seis anos, nasceu meses após o começo do namoro com Márcio, que na época cursava Odontologia na UFRGS. No início da graduação dela, Márcio era monitor de um colega. Um aluno veterano ajudava os indígenas nas disciplinas e auxiliava em outros trâmites, como o acesso à carteira estudantil para transporte público ou para frequentar os restaurantes universitários. Assim se conheceram e hoje são casados.

Muito antes de ser mãe e estudante, Lucíola enfrentou a resistência de colegas e professores por ser cotista. Apesar do assunto a incomodar, é o que menos importa em sua trajetória. "Tenho guardados *prints* do que faziam comigo pelas redes sociais. Alunos que me xingavam, que não acreditavam que sou índia. Houve também um professor que me hostilizou. Talvez um dia escreva um livro sobre isso".

"Abri uma porta e não serei a única a passar por ela. Todos nós (índios) temos condições, independentemente da perseguição de professores e alunos que não nos querem por perto. Se esse lugar é nosso, vamos alcançá-lo". O próximo passo é a aldeia, mas ela não pretende parar por aí. "Quero seguir adiante, uma vitória como essa não pode ficar restrita a uma reserva", conclui.



RAMON MOSER/JU

Você tem o seu lugar na UFRGS?

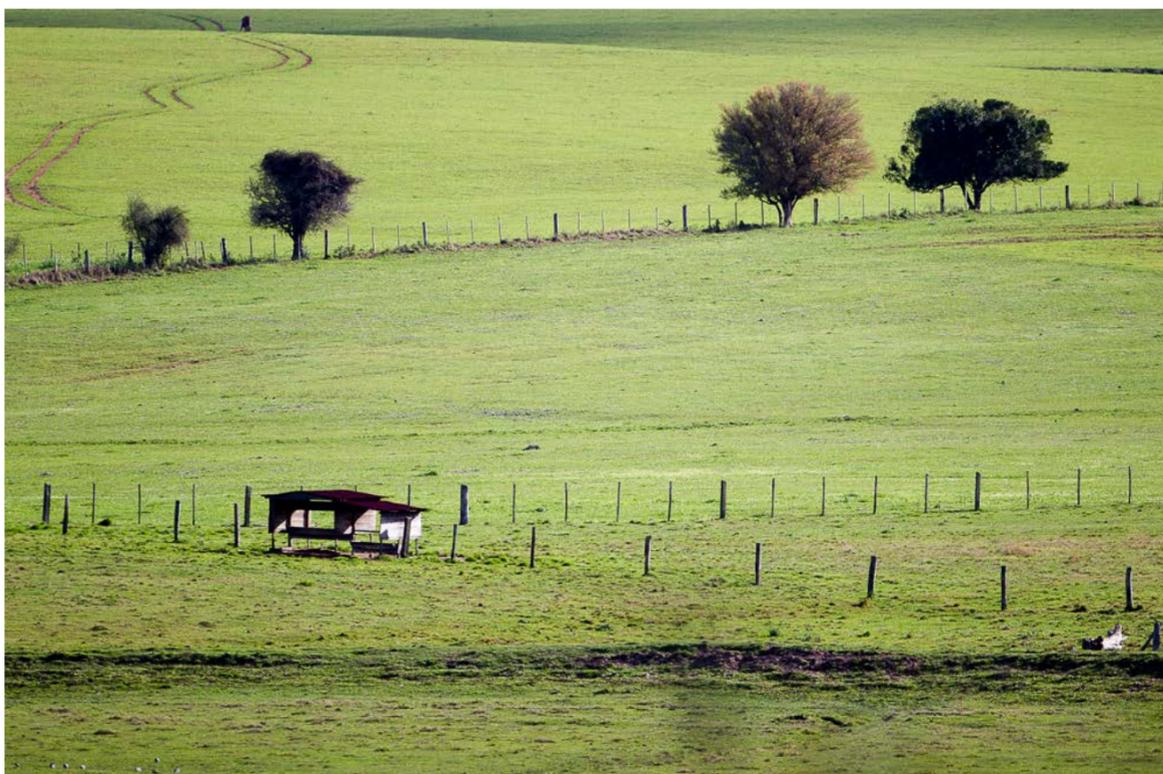
Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



Campos do Sul

As imagens desta página são parte do livro *Os Campos do Sul*, lançado em junho. Resultado de dois anos de trabalho colaborativo, o desafio assumido pelos organizadores Valério Pillar e Omara Lange foi construir um produto voltado para gestores, pesquisadores e para o público leigo como uma publicação que encantasse por sua beleza visual, mas que não deixasse de abordar a diversidade biológica, econômica, social e cultural da região, motivando o leitor a agir em defesa da sua preservação.

A obra é uma publicação da Rede Campos Sulinos e foi realizada com o apoio da UFRGS e com recursos da Fapergs e do CNPq, trazendo resultados de projetos desenvolvidos por 80 pesquisadores de diferentes universidades e instituições de pesquisa dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sua distribuição é gratuita, ainda que dirigida a instituições educativas e a governos municipais.



FOTOS **RONAI ROCHA**



Quando falta planejamento

DIAS SUCESSIVOS DE CHUVA DURANTE O mês de julho provocaram inundações e deslizamentos que atingiram cerca de 50 mil pessoas em mais de 60 municípios gaúchos. Segundo informações da Defesa Civil, o nível dos rios Gravataí, Sinos, Jacuí, Caí e Uruguai se elevou acima da média, represando os cursos d'água que cortam as cidades e desagüam naqueles. Com isso, as famílias que habitam as margens desses corpos d'água tiveram de buscar refúgio em abrigos ou na casa de amigos e parentes. Da mesma forma, os moradores das encostas de morro também se viram forçados a se retirar.

A escalada dos eventos, iniciada com as primeiras precipitações intensas no dia 13, levou ao decreto de situação de emergência coletiva em 26 municípios, e provocou a criação de um Gabinete de Emergência por parte do governo estadual para coordenar as ações de ajuda. Ainda assim, diante do grande número de inundações, até o dia 23, quando vigorou um período de estio, não houve nenhum registro de morte decorrente da chuvarada.

Consequências bem mais severas teve o desastre natural registrado na região serrana do Rio de Janeiro, no fatídico janeiro de 2011. As enchentes, os deslizamentos e desabamentos atingiram cerca de 90 mil pessoas e deixaram mais de 900 mortos. Considerada a maior na história do país, essa tragédia provocou a elaboração de uma nova legislação, que resultou na instituição da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), dispoendo sobre as responsabilidades dos integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e autorizando a criação de medidas de monitoramento de desastres.

De lá para cá, houve muitas mudanças na abordagem dos riscos de desastres por parte do poder público, como recorda Alexandra Passuello, engenheira civil que é secretária-executiva do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED) e gestora do Grupo de Gestão de Risco de Desastres (GRID), ambos ligados à Universidade. “As mudanças buscaram passar de uma resposta de reação, em termos de assistencialismo, para uma questão de planejamento, pensando prevenção, ações mitigadoras, preparação; ou seja, primeiro faz-se o diagnóstico de um município e, a partir disso, pensa-se ‘como vou reduzir os riscos encontrados no diagnóstico?, como me preparo para enfrentar determinada ameaça da forma mais eficaz possível para reduzir os danos?’”, explica.

Uma vez ocorrido o desastre, as ações de resposta, enfrentamento e recuperação podem ocorrer de forma coordenada por parte do poder público, tendo na ponta a Defesa Civil, ou podem vir de iniciativas espontâneas da população, em locais onde os agentes públicos não estão presentes, seja por indisponibilidade, seja pelo menor grau de vulnerabilidade das residências atingidas. Algumas dessas situações, a equipe do Jornal da Universidade pôde presenciar nos municípios de Sapucaia do Sul, Esteio e Campo Bom, na região metropolitana de Porto Alegre, onde esteve durante o período chuvoso. Relatamos aqui realidades enfrentadas por diferentes indivíduos e equipes de defesa civil e refletimos como a Universidade pode participar da prevenção contra desastres e da redução da vulnerabilidade socioambiental.

TEXTO FELIPE EWALD
FOTOS FLÁVIO DUTRA

Ronda por áreas afetadas



Agentes da Defesa Civil fizeram o atendimento aos moradores atingidos por uma enxurrada provocada pelo rompimento de um duto no bairro Vargas no município de Sapucaia do Sul

Saindo de Porto Alegre rumo ao norte, seguimos pela Rodovia do Parque (BR-448). No para-brisa, uma chuva leve e ininterrupta e o som da borracha do limpador. À esquerda, temos a companhia do Rio dos Sinos. À direita, já próximo a Esteio, começamos a ver grandes áreas cultiváveis totalmente alagadas, em um prenúncio do que encontraríamos mais tarde.

Nosso primeiro destino é Sapucaia do Sul, onde por volta de 900 pessoas – de um total de 130 mil habitantes – tiveram que sair de suas casas nos bairros Fortuna e Carioca, segundo informações da prefeitura municipal. Lá encontramos o coordenador da Defesa Civil local, Clóvis Eduardo Pereira, inspecionando o carregamento de um furgão com doações recebidas no dia anterior. Todos falam alto e agem com dinamismo. Os semblantes mesclam seriedade e satisfação. No ambiente há uma mistura entre o estado de alerta e tensão e o nível de excitação e euforia, o que decorre do envolvimento na atividade de assistência e do peso emocional que a acompanha.

A carga lota o veículo, que sai em direção ao banco de agasalhos. Nosso rumo é outro: vamos acompanhar algumas visitas a serem realizadas pelos agentes Elenilton e Adilson. As diligências envolvem vistorias preventivas e o acompanhamento de algumas situações já atendidas. Seguimos o carro deles em direção aos bairros Vargas e Parque Joel.

Apesar de não ficarem próximos ao Rio dos Sinos, esses locais também registraram ocorrências, entre inundações e deslizamentos. Alguns pontos já eram conhecidos da Defesa Civil em função das visitas feitas à época de um estudo realizado em parceria com a UFRGS. “No levantamento de dados, fizemos muitas

oficinas com os gestores públicos, os diversos setores da prefeitura e os moradores das áreas de risco, todos conversando juntos sobre a problemática. A ideia era não só criar mapas de vulnerabilidade, mas também desenvolver uma metodologia de mapeamento a ser realizada pelos municípios”, recorda Alexandra Passuello, gestora do GRID.

Chegamos a uma rua sem saída que termina em uma escadaria que é passagem para os alunos de uma escola localizada logo antes.

“A questão habitacional demanda um comprometimento grande por parte da gestão pública para ser solucionada”

Do lado esquerdo, o muro de uma casa ameaça cair. O morador, Gilberto, nos convida a entrar no pátio para ver o estado da estrutura que cede, mesmo amparada por arames, uma viga e a grade. Ele comenta que sabe que terá que derrubar e refazer tudo, mas só depois da parada da chuva. Isso gerará um gasto que não estava previsto, ainda que lhe pareça um problema menos grave do que o enfrentado pelo vizinho dos fundos, o qual perdeu a residência depois que o terreno todo cedeu morro abaixo. Adilson, da Defesa Civil, solicita que a

obra seja feita com urgência e alerta para que Gilberto perceba que está colocando em risco as pessoas.

Risco e prejuízo – Partimos morro acima em direção a uma rua paralela, onde encontramos uma moradia de madeira com base em alvenaria. Ao passar pela porteira, o pé começa a afundar na lama; o solo está úmido e escorregadio. Passados os arbustos, chega a nós um clarão propiciado pela ausência do casebre que ficava nos fundos do terreno e agora está aos pedaços, invadindo a varanda da residência situada bem abaixo ao pé da encosta. O agente Elenilton comenta que a casa já estava desocupada, mas os vizinhos dos terrenos à volta se recusam a sair, apesar dos pedidos da Defesa Civil. Além disso, informa que esta é uma área de ocupação irregular, o que dificulta o planejamento e a prevenção de riscos, uma vez que há uma rotatividade de cidadãos que encontram ali uma alternativa para constituir sua moradia enquanto não são contemplados satisfatoriamente por alguma política habitacional.

Alexandra pontua que “muitas das questões urbanas têm relação com os desastres, como a moradia”. As remoções, em especial, constituem um problema muito delicado. “Algumas áreas críticas certamente não poderiam ser ocupadas. O fato é como a gestão municipal lida com o processo de realocação das famílias. Muitas vezes, isso não é feito adequadamente, ou então é, mas a área de onde as pessoas foram removidas não recebe outro uso nem tem fiscalização adequada e volta a ter moradores”, assevera. Se isso ocorre, a cidade segue sofrendo com os mesmos problemas.

“Aí entra a integração das políticas públicas, pois dificilmente vai estar na competência da secretaria de habitação ou da defesa civil a política ligada ao novo uso. Ações isoladas não resolvem o problema de uma forma definitiva”, complementa a arquiteta Eloísa Maria Adami Giazzon, também integrante do Grupo de Gestão de Risco de Desastres.

Quando as realocações são feitas muito longe da região onde as famílias estavam estabelecidas, há o risco de que não se adequem e voltem. Eloísa comenta: “Às vezes há uma rede social na proximidade, que é o que faz a família sobreviver melhor. Se essa rede é rompida, não tem mais quem cuide da criança no turno inverso da escola, por exemplo; há uma série de problemas no novo local”.

Antes de partirmos, Elenilton dá uma última olhada para a ruína da casa que restou no topo da encosta e, um tanto resignado, arremata: “É complicado, não tem muitas alternativas. Daqui a pouco eles vêm e constroem tudo de novo”. Para se evitar a continuidade desse ciclo, Alexandra sugere que os gestores públicos, bem articulados, realizem um processo participativo desde o início do diagnóstico até a decisão da área a ser ocupada. No entanto, ressalva: “A questão demanda um comprometimento grande por parte da gestão pública para ser solucionada”.

Percalços da assistência – Nossa parada final ocorre na rua transversal, logo abaixo, às margens de um córrego que está com o nível d’água bem elevado, mas não transborda. A chuva incessante agora aperta um pouco mais. Começamos a sentir os pés mais gelados e úmidos. Encontramos os moradores sendo

atendidos por uma equipe da Defesa Civil. Eles tinham sido atingidos por uma enxurrada vinda, inesperadamente, de um duto subterrâneo que atravessa o terreno. Em função de algum entupimento antes da chegada ao córrego, a caixa de inspeção situada no pátio estourou e o esgoto pluvial lavou todo o quintal e invadiu a casa, subindo cerca de 10 cm e passando com muita força – um dos habitantes gravou a cena com o celular e, estarecido e um tanto assustado, mostra à equipe da prefeitura.

Caminhamos pela área com muita dificuldade. A enxurrada já havia passado, mas a lama permanece e torna o piso escorregadio. Dentro de uma das habitações, integrantes da secretaria de desenvolvimento social do município atendem Dona Geire, ainda em estado de agitação decorrente do susto. A seu lado, no sofá, seu filho de 5 anos brinca tranquilamente com o cachorrinho da família. Apesar do risco de a situação se repetir, ela se recusa a sair da casa, pois, ao lado, vive sua sogra, que está com câncer e em breve será operada.

A assistente social se surpreende ao saber que nenhuma delas está no cadastro único da secretaria, por meio do qual poderiam acessar benefícios, como uma nova moradia em local seguro. Dona Geire explica que tem seu CPF suspenso por conta de dívidas de uma empresa não encerrada que mantinha em São Paulo com seu ex-marido. Afirma que já foi até a Secretaria de Habitação de Sapucaia do Sul, mas diz com desalento: “Eles não ajudam a gente; tem que ser vocês”. O anseio por uma solução definitiva e uma tradição de políticas de cunho assistencialista geram certa confusão quanto à ação do poder público, o que surge em outra declaração: “Na época de eleição eles vêm aqui e prometem, mas não fazem nada”.

A equipe de assistência recomenda que Geire vá com o CPF de sua sogra até o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado no final da sua rua, e faça o cadastro único. Assim, a situação de vulnerabilidade poderá ser registrada e ambas entrarão na rede de assistência do município e no cadastro do programa Minha Casa Minha Vida.

O atendimento chega ao fim. Os moradores nos levam até o portão e se despedem com um leve brilho de alívio e esperança no olhar, mesmo com a situação ainda indefinida – a complexidade de suas vidas parece ter adquirido alguma organização e um rumo.

À saída, os membros da equipe conversam entre si e se perguntam se houve algum erro cometido pela Secretaria de Obras no planejamento ou na execução de alguma ação que teria provocado o entupimento do duto e a inundação. Contestam a concretagem feita há pouco tempo em um ponto próximo da rua.

Foco no planejamento – Em relação à coordenação das ações, Eloísa, do GRID, pontua: “Na atuação de resposta, todos os setores da prefeitura de uma cidade até se unem, mas na prevenção é um pouco diferente. Então, a noção de que a gestão de risco compreende o planejamento e as ações preventivas é muito importante”. Ela assevera que esta deve se constituir em enfoque permanente para o planejamento urbano como um todo. “Na cidade, há duas situações: a forma como ela já está constituída e consolidada e como vai crescer dali para frente. Assim, se o modelo de desenvolvimento continuar como sempre foi, teremos cada vez mais exposição”, resume.

Ao final da manhã, encerrada a ronda por Sapucaia, despedimo-nos de Elenilton e Adilson com uma sensação de atordoamento diante da complexidade das demandas colocadas à gestão pública. As fragilidades que testemunhamos sinalizam que o atendimento às situações de vulnerabilidade vai muito além das ações imediatas de resposta diante das inundações e dos desabamentos, a começar pelo próprio acesso à moradia digna.

Parece-nos agora mais pesado, ainda que reconfortante, retornar para o aconchego do carro e aquecer os pés na calefação, enquanto nos afastamos dessa realidade.



Em Sapucaia e Campo Bom, muitos deixaram suas casas em função da enchente causada pelo excesso de chuvas e do risco de desabamento das moradias



Serenidade para seguir em frente



Antes de retornar a Porto Alegre, cruzamos por Esteio, município em que as inundações foram mais graves que na vizinha Sapucaia. No bairro Christi, próximo a um riacho que inundou as moradias às suas margens, chegamos ao Centro Municipal de Educação Básica Eva Karnal Johann, onde a prefeitura instalou um abrigo temporário. Em toda a cidade, são mais de 600 pessoas desabrigadas. Nas salas de aula da escola há 150 famílias alojadas. O acolhimento é feito por voluntários cedidos pela prefeitura e por entidades empresariais. Guiados por uma voluntária, chegamos ao quarto improvisado de Eduardo dos Santos (foto). O homem é tratado com admiração e respeito: “Na última enchente, ele estava aqui de voluntário, ajudando todo mundo”. Desta vez, ele é que recebe a

ajuda. Não só porque sua casa foi inundada – o que já acontecera na enchente anterior. Deitado em um colchão erguido sobre classes, ele nos conta, com serenidade, que levou cinco facadas de um grupo que queria roubar sua bicicleta. Uma pegou na coluna e o deixou paraplégico. Novamente somos tomados pela estupefação diante da forma como os cidadãos lidam com suas tragédias e das limitações do poder público para abarcar todas as suas responsabilidades. Enquanto conversamos, a filha dele brinca com a boneca que ganhou no abrigo – a outra foi levada pela enxurrada. Como a maioria das crianças que encontramos, sua alegria ajuda a tornar mais leve o ambiente, num contraponto às tensões que surgem, por exemplo, na organização das doações que chegam ao local.

FLÁVIO DUTRA/JU



Em busca de respostas

Sapucaia do Sul foi um dos municípios mais atingidos pelas cheias de julho, em que centenas de famílias precisaram deixar suas casas para fugir dos riscos da inundação

O escritório ocupado pelo Grupo de Gestão de Risco de Desastres (GRID) em Porto Alegre, próximo ao Câmpus Central da UFRGS é bem organizado e equipado – contrastando com o cenário de transitoriedade e destruição encontrado nas áreas de inundação. Isso parece ser um indício do alto investimento que vem sendo feito na produção científica ligada à prevenção de desastres.

O GRID e o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED), ao qual aquele é ligado, vêm realizando estudos financiados pelo Ministério da Integração Nacional e por agências de fomento à pesquisa, dando amparo para as ações de prevenção e resposta a serem coordenadas pelas diferentes instâncias públicas. Encaminha-se, assim, o cumprimento da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), estabelecida por meio da Lei 12.608/12, a qual tem entre suas diretrizes a exigência de que o planejamento seja feito com base em pesquisas e estudos sobre áreas de risco e incidência de desastres no território nacional.

Tal embasamento científico provém de projetos como o Mapeamento de Vulnerabilidades de Áreas Suscetíveis a Inundações e Deslizamento no Rio Grande do Sul, recém-finalizado pelo GRID, que, a partir do levantamento de dados, formulou e aplicou uma metodologia para avaliação e mapeamento de vulnerabilidade de áreas previamente delimitadas pelo Serviço Geológico do Brasil nos municípios de Rolante, Sa-

pucaia do Sul, Igrejinha, Novo Hamburgo, Capão do Leão, Estrela, Encantado e São Lourenço do Sul. Nos três últimos já foi realizada a reunião pública para a entrega dos resultados.

Envolvimento – A visita realizada pela equipe do Jornal da Universidade a áreas atingidas pelas fortes chuvas do mês de julho explicitou a extrema dificuldade de se equacionar a gestão das cidades. Em busca de propostas para atender a essa inquietação, procuramos o GRID, já que este tem a intenção de dar subsídios ao planejamento prévio. “Acho que não tem uma resposta pronta. É uma série de fatores que precisam ser conversados e combinados. Por isso, deve haver uma integração de todos os atores envolvidos nessa cadeia para encontrar uma solução”, opina Cristiane Pauletti, engenheira civil e pesquisadora do Grupo.

Por se tratar de um problema multifatorial, os pesquisadores são unânimes na ênfase a propostas que promovam o maior envolvimento possível de todos os atores na busca por soluções. “Tem a comunidade, o poder público, os órgãos setoriais, ONGs, universidades. Porque não é só um ou outro que faz a sociedade; há uma articulação”, insiste Cristiane.

Além disso, sustentam que o foco deve estar no planejamento, e não apenas nas ações de resposta diante do desastre consumado. “Deve haver prevenção, por exemplo, através de planejamento urbano, fazendo com que todos os setores tenham a gestão de risco como um enfoque permanen-

te. É, em suma, uma mudança de cultura da gestão pública. Alguns municípios já fazem isso, mas, infelizmente, são muito poucos”, comenta Eloísa Giazzon, pesquisadora do GRID.

Com tudo isso em mente, a proposta construída, desde 2010, pelos projetos do Grupo veio na forma de uma metodologia que busca promover justamente o envolvimento dos diferentes agentes para realizar o diagnóstico dos possíveis riscos e vulnerabilidades e propor planos de ação.

“Nosso objetivo foi desenvolver uma metodologia participativa em todos os níveis. Então, no levantamento de dados, fizemos muitas oficinas com os gestores públicos, com os diversos setores da prefeitura, com os moradores das áreas de risco, conversando juntos sobre a problemática. Queríamos um projeto que pudesse ser replicado por parte da gestão pública e também promovesse reflexão sobre os problemas”, recorda Alexandra Passuello, gestora do GRID.

Assim, por meio dessa metodologia, que foi certificada pela Fundação do Banco do Brasil em 2013 como uma tecnologia social – ferramenta que pode ser livremente apropriada e adaptada às realidades locais –, ocorre um processo de formação interativo, no qual as comunidades passam a perceber melhor os riscos e a planejar ações. “Em Igrejinha, atualmente, vários moradores já buscaram a prefeitura, antes de comprar um lote, por exemplo, para consultar se ele não está numa área de risco, inadequada para ocupação. É o exemplo mais

concreto que a gente tem de que a ferramenta está sendo utilizada”, comemora Cristiane.

Conhecimento local – Eloísa enxerga como uma das virtudes do método de trabalho o fato de os pesquisadores não apenas agregarem um saber técnico-científico, mas também darem importância ao conhecimento local dos envolvidos no processo. “Isso parece facilitar a interação”. Exalta, dessa maneira, a relevância da conversa e da escuta atenta. “Muitas pessoas nos dizem do interesse de ter alguém que escute o que elas sabem sobre o que acontece naquele lugar. Eles já nos disseram: ‘A gente sempre responde os questionários e nunca sabe o que vai dar, mas vocês vieram aqui e quiseram nos ouvir’. Então, depende também de possibilitar isso”, completa.

Para ilustrar, Eloísa relata uma visita técnica realizada em Novo Hamburgo: “As moradoras de um lado da rua nos disseram: ‘olha, do outro lado, a prefeitura disse para não construir numa faixa determinada porque passa a rede pluvial’. E todos construíram por cima. Pode ser que um dia venha uma enxurrada tão forte que derrube as casas. Esse é o tipo de situação em que, se não fosse pelo conhecimento local, os técnicos não iriam adivinhar que tinha essa rede subterrânea”.

Alexandra acrescenta que a valorização do saber local não se dá só por palavras, envolvendo também a postura dos pesquisadores. “Muitas vezes, a universidade se coloca num pedestal, como detentora de um conhecimento

inacessível à população em geral. E não é isso. Nosso papel é saber transmitir esse conhecimento na linguagem adequada para cada público. É preciso conseguir se comunicar”, assevera.

Os mapeamentos realizados sob a perspectiva de simetria dos saberes podem gerar subsídios para as políticas públicas. Conforme Eloísa, “é uma oportunidade de qualificar a gestão e não só apontar problemas”. Disso pode resultar uma comunidade capaz de dar uma resposta mais efetiva às ameaças. “A qualificação da percepção de risco por parte da população e seu engajamento, dentro de um sistema nacional de defesa civil, é fundamental”, adverte Alexandra.

Defesa Civil

O contato com a Defesa Civil do RS pode ser feito pelo telefone 199. Para conhecer as ações locais, pode-se procurar a equipe municipal através da prefeitura ou acessar o site www.defesacivil.rs.gov.br

Grid

O Grupo de Gestão de Risco de Desastres faz diagnóstico de gestão de risco e realiza atividades diretas de qualificação e apoio aos municípios, como as oficinas de capacitação em gestão de risco, que têm atividades a distância e presenciais. Mais informações pelo endereço www.ufrgs.br/grid.